

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PRODESP Nº 90037/2026

Torna-se público que a **CIA. DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – PRODESP**, conforme especificado neste Edital, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei federal 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PRODESP e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e nos seus anexos.

PREGÃO ELETRÔNICO PRODESP Nº 90037/2026

(UASG): 533201 - CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – PRODESP

Endereço: Rua Agueda Gonçalves, 240 – Jardim Pedro Gonçalves – Taboão da Serra – São Paulo – CEP. 06760-900

Processo nº 359.00002034/2026-17

OBJETO: Prestação de serviços de transporte mediante locação de 3 (três) veículos novos, sem condutor e sem combustível, com quilometragem livre e com manutenção e 17 (dezessete) veículos novos, com condutor, com combustível e com manutenção, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas da PRODESP, no transporte exclusivo de passageiros e misto de cargas leves.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 16 / 07 / 2026 – às 09h.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global

MODO DE DISPUTA: Aberto

LICITAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO RESTRITA OU DE COTA RESERVADA ÀS ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

CONSULTA AO EDITAL: O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e nos endereços eletrônicos www.prodesp.sp.gov.br – opção “fornecedores – editais de licitação e www.doe.sp.gov.br, opção “e-negociospublicos”.

CRONOGRAMA

29/06/2026 - Publicação do Aviso de Licitação

10/07/2026 - Prazo Limite para envio de
Esclarecimentos e Impugnações

15/07/2026 - Prazo Limite para resposta de
Esclarecimentos e Impugnações

16/07/2026 - Abertura da Sessão Pública

1. OBJETO

- 1.1. Prestação de serviços de transporte mediante locação de 3 (três) veículos novos, sem condutor e sem combustível, com quilometragem livre e com manutenção e 17 (dezessete) veículos novos, com condutor, com combustível e com manutenção, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas da PRODESP, no transporte exclusivo de passageiros e misto de cargas leves, conforme especificações, diretrizes, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência **“Anexo I”** e de acordo com as condições constantes na Minuta de Contrato – **“Anexo VIII”**, partes integrantes deste edital.

1.1.1. O objeto da presente licitação enquadra-se no regime de execução de empreitada por preços unitários.

- 1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações do código do item descrito no portal de compras do Governo Federal e as especificações constantes desde Edital, prevalecerão sempre as do Edital.
- 1.3. O valor estimado da presente contratação é sigiloso, nos termos do artigo 34, da Lei federal nº 13.303/2016, sendo a origem do recurso: Empresa não dependente – Fonte 4 recurso próprio e/ou Fonte 6 – Outras Fontes – Convênio Poupatempo e Convênio Acesso São Paulo.

2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste pregão os interessados que estejam regularmente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no sistema eletrônico do Portal Nacional de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

- 2.2. As licitantes e seus representantes legais deverão estar previamente cadastrados no Portal de Compras do Governo Federal, antes da data de realização do Pregão, devendo credenciar-se no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, utilizando Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil.
- 2.3. As informações sobre o cadastramento e credenciamento nos sistemas deverão ser obtidas no site www.gov.br/compras e nos Manuais disponíveis para consulta e impressão naquele site.
- 2.4. É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
 - 2.4.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:
 - 2.5.1. Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta;
 - 2.5.2. Que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal;
 - 2.5.3. Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente;
 - 2.5.4. Que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
 - 2.5.5. Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei federal nº 12.529/2011;
 - 2.5.6. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei federal nº 9.605/1998;
 - 2.5.7. Que estejam proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei federal nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021;

- 2.5.8. Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;
 - 2.5.9. Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei federal nº 12.527/2011 e do artigo 62, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 68.155/2023;
 - 2.5.10. Que estejam proibidas de participar da licitação ou de celebrar a contratação em decorrência do efeito de sanção registrada no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (artigo 22 da Lei federal nº 12.846/2013), ou no Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (artigo 37 do Decreto estadual nº 67.301/2022);
 - 2.5.11. Que sejam sociedades cooperativas, tendo em vista a vedação constante do § 1º do artigo 1º do Decreto Estadual nº 55.938, de 21 de junho de 2010, com a redação dada pelo Decreto Estadual nº 57.159, de 21 de julho de 2011;
 - 2.5.12. Que incidam em algumas das vedações previstas no artigo 38, da Lei federal nº 13.303/2016.
- 2.6. Em relação à incidência das regras de tratamento favorecido a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:
- 2.6.1. A participação nesta licitação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos artigos 42 a 45 da Lei Complementar federal nº 123/2006.
 - 2.6.2. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de não aceitação dos preços ofertados pelo Pregoeiro.
 - 2.6.2.1. Caso venha a ser contratada, a microempresa ou empresa de pequeno porte na situação descrita no item 2.6.2. deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que celebrada a contratação, nos termos do artigo 30, *caput*, inciso II, e §1º, inciso II, da Lei Complementar federal nº 123/2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

2.6.2.2. Se a contratada não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o item 2.6.2.1. caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que a empresa seja excluída de ofício do Simples Nacional, nos termos do artigo 29, inciso I da Lei Complementar federal nº 123/2006.

2.7. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.

2.8. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

3. PROPOSTAS

3.1. As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no Portal de Compras do Governo Federal, endereço www.gov.br/compras, desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.

3.2. Os preços unitários e total serão ofertados no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional, em algarismos, apurados nos termos do item 3.3, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados ao fornecimento do objeto, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

3.2.1. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.

3.2.2. A licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, tais como aumentos de custos de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.3. A proposta de preço deverá ser formulada com base nos valores vigentes na data-limite para a sua apresentação, a qual será considerada, para todos os efeitos, como data de referência de preços, nos termos do §1º do artigo 3º da Lei Federal nº 10.192/2001.

3.4. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

4. HABILITAÇÃO

- 4.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão, quando possível, ser substituídos por registro no Sistema de Registro Cadastral Unificado de Fornecedores (SICAF).
- 4.2. O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados:

4.2.1. Habilitação jurídica

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo à sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS);
- d) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);
- e) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

- f) Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;
- g) Certidão emitida pela Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

4.2.3. Qualificação econômico-financeira

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;
 - a.1) Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “a” deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente.
 - a.2) Caso a licitante esteja em recuperação judicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial.
- b) Demonstrações financeiras completas do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da Lei e normas contábeis vigentes, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios.
 - b.1) No caso de empresa constituída há menos de ano, admite-se a apresentação de demonstrações financeiras completas referentes ao período de existência da sociedade;
 - b.2) As sociedades por ações deverão apresentar as demonstrações financeiras publicadas, de acordo com a legislação pertinente;
 - b.3) Entidades qualificadas como de grande porte, nos termos da Lei nº 11.648/2007, deverão evidenciar que as demonstrações financeiras apresentadas foram apreciadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A evidência poderá consistir em declaração emitida e assinada pelo auditor responsável pela análise das demonstrações financeiras ou, preferencialmente, no relatório do auditor independente, o qual poderá estar anexado às respectivas demonstrações financeiras.
 - b.4) Na hipótese de enquadramento no item b.3), a PRODESP poderá consultar o cadastro do auditor independente junto à CVM, o qual deverá estar devidamente ativo durante a execução dos trabalhos de auditoria das respectivas demonstrações financeiras, considerando-se como marco temporal final a data de conclusão dos trabalhos de auditoria ou a data de emissão do relatório do auditor independente, conforme aplicável.

- b.5) Admite-se a apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações do Resultado do Exercício extraídas da Escrituração Contábil Digital (ECD) em conjunto com os Termos de Abertura e Encerramento da Escrituração e recibo de transmissão. Nessa hipótese, à critério da PRODESP, poderão ser exigidas as demonstrações financeiras completas.
- c) A capacidade econômica e financeira da licitante será atestada pelo atendimento a seguir:
- c.1) A licitante deverá apresentar, por meio de declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, os seguintes índices econômicos: i) LC = Liquidez Corrente; ii) LG = Liquidez Geral; e iii) SG – Solvência Geral, iguais ou superiores a 1 (um), sendo:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})}$$

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{(\text{Ativo Circulante})}{(\text{Passivo Circulante})}$$

$$\text{Solvência Geral} = \frac{(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})}$$

- c.2) Na hipótese de a licitante não atingir qualquer dos três índices econômicos previstos acima, a licitante deverá comprovar patrimônio líquido ou capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor da proposta ofertada pela licitante, tratando-se de contratação de serviços de caráter continuado, o percentual deverá ser calculado sobre o valor estimado correspondente ao período de 12 (doze) meses.
- d) Além do cumprimento quanto ao exigido na alínea c) acima, a licitante deverá comprovar capital social integralizado compatível com seu número de empregados, nos termos da Lei Federal nº 6.019/1974, Artigo 4º, B, inciso III, podendo fazê-lo por meio da apresentação concomitante do contrato social atualizado e de qualquer documento oficial que ateste a quantidade de empregados da licitante, a exemplo do e-social, para comprovação da relação de compatibilidade constante no quadro abaixo:

Faixa de empregados	Capital Social mínimo
Até dez empregados	R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
Mais de dez e até vinte empregados	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
Mais de vinte e até cinquenta empregados	R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
Mais de cinquenta e até cem empregados	R\$ 100.000,00 (cem mil reais)
Mais de cem empregados	R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

4.2.4. Declarações e outras comprovações

- 4.2.4.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do “**Anexo III**”, atestando que:
- a) se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Previdência no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº 42.911/1998;
 - b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2.5. deste Edital;
 - c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.
- 4.2.4.2. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do “**Anexo IV**”, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 67.301/2022.
- 4.2.4.3. Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do “**Anexo V**”, declarando seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.
- 4.2.4.4. **Comprovação da condição de ME/EPP.** Sem prejuízo da declaração exigida no item 4.2.4.3 e admitida a indicação, pela licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte será comprovada da seguinte forma:
- 4.2.4.4.1. Se sociedade empresária, pela apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial competente;
 - 4.2.4.4.2. Se sociedade simples, pela apresentação da “Certidão de Breve Relato de Registro de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte”, expedida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

- 4.2.4.5. Para o caso de empresas em recuperação judicial: Declaração subscrita por representante legal da licitante, elaborada em papel timbrado, conforme modelo “**Anexo VI**”, atestando que está ciente de que no momento da assinatura do Contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a licitante está cumprindo o plano de recuperação judicial.
- 4.2.4.6. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo “**Anexo VII**”, atestando a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração, estando absolutamente regular no ponto de vista jurídico, financeiro, fiscal e trabalhista, inclusive perante o INSS/FGTS e em virtude da Lei federal nº 9605/98 e Decreto estadual nº 66.819/2022.

4.2.5. Qualificação técnica

- 4.2.5.1. A licitante deverá apresentar atestado(s) de bom desempenho anterior em contrato(s) da mesma natureza e porte, de complexidade tecnológica e operacional igual ou superior, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que especifique(m) em seu objeto os serviços prestados, com indicações das quantidades, prazo contratual, datas de início e término, e local da prestação dos serviços.
- 4.2.5.1.1. Entende-se por mesma natureza e porte, atestado(s) de prestação de serviços de transporte de características compatíveis com o objeto da licitação que demonstre(m) que a licitante tenha efetuado locação de pelo menos 10 (dez) veículos, correspondentes a 50% (cinquenta por cento) da quantidade total licitada.
- 4.2.5.1.2. A comprovação a que se refere o item 4.2.5.1.1. poderá ser efetuada pelo somatório de tantos contratos quanto dispuser a licitante.
- 4.2.5.1.3. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente.

4.3. Disposições gerais sobre os documentos de habilitação

- 4.3.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas nos 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

4.3.2. O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou confirmar o teor das declarações solicitadas no item 4.2.4 deste Edital e das comprovações de qualificação econômico-financeira e de qualificação técnica (caso exigidas nos itens 4.2.3 e 4.2.5), aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes.

4.3.2.1. As declarações referidas no item 4.2.4. deverão ser assinadas com a utilização de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil.

4.3.3. Se a licitante for a matriz, os documentos exigidos no item 4.2.2 deverão estar em nome da matriz, e, se for filial, os documentos exigidos no item 4.2.2 deverão estar em nome da filial que, na condição de licitante, executará o objeto da contratação, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4.3.4. A licitante que se considerar isenta ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5. SESSÃO PÚBLICA E JULGAMENTO

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. Aberta a sessão pública, fica facultado ao pregoeiro desclassificar as propostas que não sejam compatíveis com as especificações definidas para o objeto ou que não cumpram os requisitos formais estabelecidos neste Edital.

5.3.1. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) e incidirá sobre o preço global.

- 5.6. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.7. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.
- 5.8. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.
- 5.8.1. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 5.8.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.9.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item 5.9., será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.9.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens 5.9. e 5.9.1., a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.10. Encerrada a etapa de lances da sessão pública sem a prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 5.10.1. Após o reinício previsto no item 5.10., as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.
- 5.11. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar federal nº 123/2006.

- 5.11.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.11.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.11.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.
- 5.11.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.12. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro deverá negociar com o autor da oferta de menor valor mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.
 - 5.12.1. A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - 5.12.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
 - 5.12.3. O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.13. As demais licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada. A apresentação de novas propostas não prejudica o resultado da licitação em relação ao licitante mais bem classificado.
- 5.14. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta detalhada e adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, elaborada de acordo com a Planilha de Proposta – **“Anexo II”** deste Edital.

5.14.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da Planilha de Proposta – **“Anexo II”**.

5.15. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no item 2.5 deste Edital, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- f) Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
- g) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

6.2. A consulta ao cadastro especificado na alínea “d” do item 6.1 será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei federal nº 8.429/1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

- 6.3.2. A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada inabilitada, por falta de condição de participação.
- 6.4. A análise das propostas pelo pregoeiro se limitará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e à legislação vigente.
- 6.4.1. Serão desclassificadas as propostas:
- a) Contiver vícios insanáveis;
 - b) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
 - c) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
 - d) apresentadas por licitante impedida de participar, nos termos do item 2.5 deste Edital;
 - e) que apresentem preços unitários ou total simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos ou salários de mercado;
 - f) formuladas por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do certame licitatório.
- 6.5. A aceitabilidade dos preços será aferida com base nos valores de mercado vigentes na data de referência de preços, apurados mediante pesquisa realizada pela PRODESP que será juntada aos autos por ocasião do julgamento. A verificação da exequibilidade do preço ofertado poderá observar, no que couber, os seguintes critérios:
- 6.5.1. Compatibilidade dos preços ofertados com os valores dos insumos praticados no mercado, coerentes com a execução do objeto da licitação, acrescidos dos respectivos tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, benefícios e despesas indiretas, bem como com as determinações do Termo de Referência – “**Anexo I**”.
- 6.5.2. Será considerado manifestamente inexequível o preço que não venha a ter demonstrada sua viabilidade para a perfeita execução do contrato, com a comprovação de que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e com as determinações do Termo de Referência – “**Anexo I**”.

- 6.5.3. Verificada a hipótese de preço inexequível, será concedido o direito de contraditório à licitante, para comprovar a regularidade de sua proposta, sob pena de desclassificação.
- 6.5.4. A PRODESP poderá solicitar à licitante a apresentação de justificativa detalhada da forma utilizada para cálculo dos custos, a fim de comprovar sua exequibilidade, ficando a aceitação condicionada à análise do Pregoeiro, sobre a qual decidirá motivadamente.
- 6.5.5. Uma vez aceita a justificativa do cálculo pela PRODESP, a licitante assume inteira responsabilidade pelos itens de composição do preço e seus valores, para todos os efeitos, não podendo alegar provisão deficitária ou omissão com vistas à repactuação ou reequilíbrio econômico-financeiro, caso seja contratada.
- 6.5.6. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes a composição de preços unitários de serviços e/ou de materiais/equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários.
- 6.6. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro, observado o disposto no artigo 42 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PRODESP.
- 6.7. Verificadas as condições de participação e de utilização de tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
 - 6.7.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
 - 6.7.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 6.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação da licitante.

7. HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados nos itens 4.2.1., 4.2.2., 4.2.3., 4.2.4. e 4.2.5. deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação.
 - 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

- 7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou que estejam vencidos, deverão ser enviados na forma eletrônica por meio do sítio www.gov.br/compras.
- 7.3. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.4. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.5. Durante a entrega dos documentos para habilitação, a licitante poderá enviar documentos para suprir eventuais omissões ou sanear falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos neste Edital mediante a apresentação de documentos, preferencialmente no campo próprio do Sistema Compras.gov, ou por correio eletrônico a ser fornecido pelo Pregoeiro no chat do sistema, desde que os envie no curso da própria sessão pública e antes de ser proferida a decisão sobre a habilitação.
- 7.5.1. Concluída a etapa referida no item 7.5. não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:
- 7.5.1.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.5.1.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 7.6. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.7. Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.
- 7.8. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas ou empresas de pequeno porte será exigida apenas para efeito de celebração da contratação. Não obstante, a apresentação de todas as certidões e documentos exigidos para a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será obrigatória na fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição ou impedimento.
- 7.8.1. A prerrogativa tratada no item 7.8. abrange apenas a regularidade fiscal e trabalhista da licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, não abrangendo os demais requisitos de habilitação exigidos neste Edital, os quais deverão ser comprovados durante o certame licitatório e na forma prescrita neste Edital.

8. RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

- 8.1. Divulgado o vencedor, o pregoeiro informará às licitantes por meio de mensagem lançada no sistema que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando exclusivamente o campo próprio disponibilizado no sistema.
 - 8.1.1. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 8.2. Havendo interposição de recurso o Pregoeiro informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões recursais no prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de preclusão. As demais licitantes poderão apresentar contrarrazões ao(s) recurso(s) interposto(s) no prazo comum de 03 (três) dias úteis contados a partir do término do prazo para apresentação, pelo(s) recorrente(s), dos memoriais recursais, sendo-lhes assegurada vista aos autos do processo na PRODESP, mediante prévia solicitação pelo endereço eletrônico cplprodesp@sp.gov.br.
- 8.3. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico no sítio (www.gov.br/compras), no campo próprio disponibilizado no sistema. A apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo na PRODESP ou envio para o email pregaoeletronicoprodesp@sp.gov.br, dentro dos prazos estabelecidos no item 8.2.
- 8.4. A falta de interposição do recurso na forma prevista no item 8.1.1. importará na decadência do direito de recorrer.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou encaminhar o recurso para a autoridade superior proferir sua decisão.
- 8.6. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.
- 8.8. A adjudicação será feita considerando a totalidade do objeto.

9. PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 9.1. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, que constitui o “**Anexo I**” deste Edital, correndo por conta da contratada as despesas necessárias à sua execução, em especial as relativas a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.

10. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 10.1. As condições de recebimento do objeto são aquelas definidas pelo termo de contrato, cuja minuta constitui o **“Anexo VIII”** deste Edital.

11. PAGAMENTOS

- 11.1. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com o termo de contrato, cuja minuta constitui o **“Anexo VIII”** deste Edital.

12. CONTRATAÇÃO

- 12.1. A contratação decorrente deste certame licitatório será formalizada mediante a assinatura de termo de contrato, cuja minuta integra este Edital como **“Anexo VIII”**.

12.1.1. Se, por ocasião da celebração do contrato, algum dos documentos apresentados pela adjudicatária para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, a PRODESP verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando ao expediente os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

12.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no item 12.1.1 por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

12.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 12.799/2008.

12.1.4. Com a finalidade de verificar o eventual descumprimento pela licitante das condições de participação previstas no item 2.5 deste Edital serão consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros referidos no item 6.1.

12.1.5. Constituem, igualmente, condições para a celebração do contrato:

12.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que a adjudicatária, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir antes da celebração do contrato por meio de declaração específica, caso exigida neste Edital.

- 12.2. A adjudicatária será convocada pela PRODESP para assinatura do termo de contrato no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data da convocação. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.
- 12.3. As demais licitantes classificadas serão convocadas para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração do contrato, quando a adjudicatária:
- 12.3.1. Deixar de comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, nos moldes do item 7.8, ou na hipótese de invalidação do ato de habilitação com base no disposto no item 7.5;
- 12.3.2. For convocada dentro do prazo de validade de sua proposta e não apresentar a situação regular de que tratam os itens 12.1.1 a 12.1.5 deste Edital.
- 12.3.3. Recusar-se a assinar o contrato ou não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos;
- 12.3.4. For impedida de participar desta licitação, nos termos do item 2.5. deste Edital;
- 12.4. A nova sessão de que trata o item 12.3 será realizada em prazo não inferior a 03 (três) dias úteis contados da publicação do aviso no Diário Oficial do Estado de São Paulo.
- 12.4.1. O aviso será também divulgado nos endereços eletrônicos www.prodesp.sp.gov.br e www.doe.sp.gov.br, opção “NEGÓCIOS PÚBLICOS”.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Estará sujeito às penalizações previstas no artigo 156, da lei federal nº 14.133/2021, quem convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, sendo assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.2. As sanções referidas no item 13.1 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no **“Anexo VIII”** deste Edital, observados os princípios do devido processo legal, contraditório, ampla defesa, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica, interesse público, eficiência, bem como o dever de motivação das decisões proferidas, nos termos do artigo 85 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos e deverão ser registradas no “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço www.esancoes.sp.gov.br e também no “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço www.portaltransparencia.gov.br/ceis;

- 13.3. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra;
- 13.4. O contratante poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente lhe forem aplicadas por descumprimento das obrigações estabelecidas neste Edital, seus anexos ou no termo de contrato, quando houver;
- 13.5. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 67.301/2022, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas.

14. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 14.1. As condições de prestação de garantia de execução contratual são aquelas definidas pelo termo de contrato, cuja minuta constitui o **“Anexo VIII”** deste Edital.

15. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 15.1. Qualquer cidadão é parte legítima para pedir esclarecimentos ou impugnar o edital, no prazo de 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para a abertura de certame. Os pedidos de esclarecimentos ou impugnação deverão ser realizados por forma eletrônica no endereço eletrônico cplprodesp@sp.gov.br, até as 23h59 da data limite estabelecida no CRONOGRAMA constante na página 2 deste edital.
- 15.2. O pregoeiro deverá apresentar os esclarecimentos e encaminhar à autoridade competente para responder a impugnação, motivadamente, até o dia útil anterior a data fixada para a abertura da sessão pública.
- 15.3. Serão desconsiderados os pedidos de esclarecimentos e impugnações apresentados além do prazo estabelecido no item 15.1.
- 15.4. As respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnação, bem como demais informações relevantes, serão divulgadas mediante publicações no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e na página da PRODESP na Internet, no endereço www.prodesp.sp.gov.br.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

- 16.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 16.2.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pela licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- 16.2.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.2.3. À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.
- 16.3. Os prazos indicados neste Edital em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.

17. ANEXOS

17.1. Integram o presente Edital:

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo II - Modelo de planilha de proposta;
- Anexo III - Modelo de Declaração de Comprovação de Regularidade Perante o Ministério do Trabalho;
- Anexo IV - Modelo de Declaração – Marco Legal Anticorrupção;
- Anexo V - Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- Anexo VI - Modelo de Declaração (empresas em recuperação judicial);
- Anexo VII - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;

Anexo VIII - Minuta de Contrato;

Anexo IX - Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Prodesp

Taboão da Serra, 26 de junho de 2026

Renato Cardoso Gomes Cintra de Souza
Matrícula nº 16031.5
Coordenadoria de Licitações Fase Interna

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

Nº do Processo: 359.00002034/2026-17

Interessado: Coordenadoria Arquivo, Inservíveis e Logística, GERÊNCIA DE FACILITIES

Assunto: Serviços de transportes, mediante locação de veículos

Anexo I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 1.1. Prestação de serviços de transporte mediante locação de 3 (três) veículos novos, sem condutor e sem combustível, com quilometragem livre e com manutenção e 17 (dezesete) veículos novos, com condutor, com combustível e com manutenção, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas da PRODESP, no transporte exclusivo de passageiros e misto de cargas leves.
- 1.2. Considera-se locação em caráter não eventual a locação de veículos para utilização em serviço público de natureza permanente ou de longa duração.
- 1.3. O desenvolvimento dos serviços será efetuado conforme as opções de contratações de veículos novos nas modalidades de serviços:
 - 1.3.1. Sem condutor e sem combustível (quilometragem livre) e
 - 1.3.2. Com condutor e com combustível.
- 1.4. O objeto deverá atingir o fim a que se destina com a eficácia e a qualidade requeridas.

2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS, CLASSIFICAÇÃO E LOCAL DE ENTREGA DOS VEÍCULOS

2.1. CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

- 2.1.1. A prestação dos serviços se dará mediante a disponibilização dos veículos, dos condutores e combustível, em quantidades relacionadas e no local indicado abaixo.

2.2. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE MEDIANTE LOCAÇÃO DE VEÍCULO COM QUILOMETRAGEM LIVRE:

2.2.1. LOCAL DA APRESENTAÇÃO/ ENDEREÇO:

PRODESP/SEDE: Rua Agueda Gonçalves, nº 240 - Taboão da Serra - São Paulo.

Horário de funcionamento da PRODESP: de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 17h.

Quantidade	Classificação / Descrição
03	Veículo do Grupo S-1 Sedã de 1.0 a 1.6: <ul style="list-style-type: none"> Tipo sedã, quatro portas, cor branca, versão básica da linha e capacidade para 4 ou mais pessoas. Equipamentos opcionais: ar condicionado, air bag, freio ABS, equipamento de SOM e disponibilização de TAGs de pagamento automático de pedágios e estacionamentos (SEM PARAR) Referência: etanol (álcool) para veículos bicombustíveis

2.3. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE MEDIANTE LOCAÇÃO DE VEÍCULO, COM CONDUTOR E COM COMBUSTÍVEL.

2.3.1. LOCAL DA APRESENTAÇÃO/ ENDEREÇO:

PRODESP/SEDE: Rua Agueda Gonçalves, nº 240 - Taboão da Serra - São Paulo.

Horário de funcionamento da PRODESP: de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 17h.

Quantidade	Classificação / Descrição	Horários
01	Veículo do Grupo B: <ul style="list-style-type: none"> Tipo Sedã ou utilitário esportivo (SUV) , quatro portas, cor escura (de preferência preta), versão básica da linha e capacidade para cinco ou mais pessoas. Equipamentos opcionais: ar condicionado, air bag, freio ABS, equipamento de SOM Referência: etanol (álcool) para veículos bicombustíveis 	Segunda-feira a sexta-feira - 16 horas diárias (veículo com 2 motoristas)

2.3.1.1. A quilometragem estimada mensal para o veículo do Grupo "B" é de 3.000 km/ mensais.

2.3.1.2. A quantidade de horas adicionais estimada para o veículo do Grupo "B" é de 60 horas adicionais mensais

Quantidade	Classificação / Descrição	Horários
01	Veículo do Grupo S-1 - Sedã de 1.0 a 1.6: <ul style="list-style-type: none"> tipo Sedã, quatro portas, cor escura (de preferência preta), versão básica da linha e capacidade para 4 ou mais pessoas. Equipamentos opcionais: ar condicionado, air bag, freio ABS, equipamento de SOM Referência: etanol (álcool) para veículos bicombustíveis 	Segunda-feira a sexta-feira - 16 horas diárias (veículo com 2 motoristas)

2.3.1.3. A quilometragem estimada mensal para cada veículo do Grupo "S-1" é de 3.000 km/ mensais.

2.3.1.4. A quantidade de horas adicionais estimada para cada veículo do Grupo "S-1" é de 44 horas adicionais

Quantidade	Classificação / Descrição	Horários
11	Veículo do Grupo S-1 - Sedã de 1.0 a 1.6: <ul style="list-style-type: none"> • tipo Sedã, quatro portas, cores branca e escura (de preferência preta) a critério da administração, versão básica da linha e capacidade para quatro ou mais pessoas. • Equipamentos opcionais: som automotivo • Referência: etanol (álcool) para veículos bicombustíveis 	Segunda-feira a sexta-feira - 44 horas semanais

2.3.1.5. A quilometragem estimada mensal para cada veículo do Grupo “S-1” é de 3.000 km/ mensais e total de 33.000 km/ mensais para 11 veículos

2.3.1.6. A quantidade de horas adicionais estimada para cada veículo do Grupo “S-1” é de 44 horas adicionais e total de 484 horas adicionais para 11 veículos

Quantidade	Classificação / Descrição	Horários
02	Veículo do Grupo S-2 – peruas minivan/ monovolume: <ul style="list-style-type: none"> • Cor branca, versão básica da linha e adequados ao transporte misto de cargas leves e de passageiros • Equipamentos opcionais: ar condicionado 	Segunda-feira a sexta-feira - 44 horas semanais

2.3.1.7. A quilometragem estimada mensal para o veículo do Grupo “S-2 Minivan” é de 1.800 km/ mensais e total de 3.600 km/ mensais para 2 veículos.

2.3.1.8. A quantidade de horas adicionais estimada para o veículo do Grupo “S-2 - Minivan” é de 10 horas adicionais mensais e total de 20 horas mensais para 2 veículos

Quantidade	Classificação / Descrição	Horários
02	Veículo do Grupo S-2 – van: <ul style="list-style-type: none"> • Cor branca, versão básica da linha e adequados ao transporte misto de cargas leves e de passageiros. • Equipamentos opcionais: ar condicionado 	Segunda-feira a sexta-feira - 44 horas semanais

2.3.1.9. A quilometragem estimada mensal para o veículo do Grupo “S-2” é de 4.000 km/ mensais e total de 8.000 km/ mensais para 2 veículos.

2.3.1.10. A quantidade de horas adicionais estimada para o veículo do Grupo “S-2” é de 100 horas adicionais mensais e total de 200 horas adicionais mensais para 2 veículos.

2.4. Combustível

Conforme Decreto Estadual n.º 59.038, de 3 de abril de 2013, a locação de veículos pela Administração Direta e Indireta do Estado deverá recair preferencialmente nos movidos a etanol.

2.5. Descrição dos Serviços

2.5.1. Os veículos classificados de acordo com a modalidade, deverão estar incluídos nas opções de contratações de veículos novos (zero quilômetro).

2.5.2. A CONTRATADA somente poderá iniciar os serviços quando autorizados por escrito pela PRODESP, utilizando-se apenas de veículos em perfeito estado de funcionamento, conservação

e higiene.

2.5.3. O veículo deverá estar devidamente habilitado pelos órgãos competentes, segundo a legislação de trânsito, regulamentada pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), pela Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), e pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN-SP).

a) Em conformidade com o Decreto Estadual n.º 51.479, de 11 de janeiro de 2007, quando da contratação destinada à locação de veículos, será exigido o prévio e específico registro dos correspondentes veículos perante o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/SP).

2.5.4. Os veículos locados deverão ser entregues com o reservatório de combustível abastecido em sua capacidade máxima.

2.5.5. Os veículos locados serão objeto de vistoria, anotando-se na ficha de vistoria todas as observações sobre seu estado, por ocasião de sua entrega.

2.5.6. Os veículos locados serão identificados com logotipo do órgão/entidade, conforme estabelece a legislação vigente.

2.5.7. O registro, a atribuição dos caracteres de identificação externa (placas de identificação) e a expedição dos Certificados de Registro de Veículo e de Licenciamento (CRVL), durante o período de locação, atenderão às exigências administrativas pertinentes, em conformidade com o Decreto Estadual n.º 51.479, de 11 de janeiro de 2007.

2.5.8. Os veículos serão disponibilizados com numeração final de placa diferenciada a fim de minimizar a interrupção de uso nos dias de rodízio municipal de veículos na cidade de São Paulo, conforme legislação específica.

2.6. Renovação da Frota

2.6.1. Os veículos devem ser substituídos de imediato e de forma automática por veículos zero quilômetro, nas mesmas condições da entrega inicial, quando completarem 100.000 (cem mil) quilômetros ou 30 (trinta) meses de uso, a contar do primeiro licenciamento (o que ocorrer primeiro).

2.7. Desenvolvimento dos Serviços

2.7.1. Os serviços serão prestados nos locais, nas quantidades e nas frequências relacionadas, devendo a CONTRATADA ter disponibilidade para remanejamentos, quando solicitados pela PRODESP, em qualquer cidade no âmbito do estado de São Paulo.

2.7.2. A prestação de serviços de transportes mediante disponibilização de veículos com condutor e com combustível, nos locais e horários fixados pela PRODESP, envolve veículos adequados e mão de obra capacitada para sua perfeita execução.

2.7.3. O horário de apresentação do condutor e do veículo no local de partida deverá anteceder no mínimo 15 (quinze) minutos ao horário programado.

2.7.4. O horário inicial do atendimento começa a contar a partir do embarque do usuário e o horário de término do atendimento no desembarque do usuário ou na Sede da Prodesp quando a partida e o retorno do veículo sejam neste local.

2.7.5. Os itinerários e os horários pré-determinados somente poderão ser alterados em comum acordo com a PRODESP e sempre que forem necessários, em decorrência de obras, impedimentos temporários e/ou mudanças no sentido de tráfego.

2.7.6. Os condutores e os veículos deverão estar devidamente habilitados pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito regulamentadas pelo CONTRAN, pela SENATRAN, e pelo

2.7.7. Os condutores deverão assumir diariamente o veículo devidamente uniformizados, portando crachá de identificação individual, com aparência pessoal adequada, e estar capacitado para:

- a) Comparecer imediatamente, sempre que convocado, ao local designado pela PRODESP, para exame e esclarecimento de quaisquer problemas relacionados à prestação dos serviços;
- b) Portar rádio de comunicação ou telefone móvel;
- c) Manter no interior do veículo Sistema de Posicionamento Global (GPS);
- d) Contatar diariamente o gestor da PRODESP, mantendo-o informado de todos os detalhes da prestação dos serviços, bem como de quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado da prestação dos serviços;
- e) Cumprir a programação dos serviços feita periodicamente pela PRODESP, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir a boa e regular prestação dos serviços;
- f) Manter registro de todas as ocorrências, verificando-as no transcorrer da jornada de trabalho e comunicando-as posteriormente a PRODESP;
- g) Os veículos deverão ser devidamente abastecidos, obrigatoriamente com combustível etanol, conforme Decreto Estadual n.º 59.038, de 3 de abril de 2013, preferencialmente mediante a utilização de cartão magnético de gerenciamento de combustível ou outro instrumento destinado para tal fim. A exceção se aplica somente a vans, que devem ser abastecidas preferencialmente com diesel, gás natural e biocombustíveis, atendendo as normas da Agência Nacional do Petróleo;
- h) Controlar as requisições de serviços de transporte recebidas dos diversos departamentos da PRODESP;
- i) Excepcionalmente, poderá haver solicitação de serviços fora dos dias e horários estabelecidos, mediante requisição prévia da PRODESP. Neste caso, as horas trabalhadas fora dos dias e horários previstos serão remuneradas como extraordinárias.

2.7.8. O uniforme do condutor deverá seguir o padrão da CONTRATADA. Caso não haja um padrão e específico, deverá conter, preferencialmente, calça social na cor azul-marinho, camisa social branca com logotipo da empresa CONTRATADA no bolso, sapato tipo mocassim preto e blusa de lã acrílica na cor azul-marinho.

2.7.9. O crachá de identificação deverá conter nome da CONTRATADA, número de registro, função e fotografia do empregado portador.

2.8. Manutenção

2.8.1. Os veículos alocados deverão receber a adequada e devida manutenção preventiva e/ou corretiva, conforme recomendações do fabricante.

2.8.2. A CONTRATADA deverá prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas, com plantão para atendimento e socorro dos veículos locados.

2.8.3. A CONTRATADA terá de substituir os veículos locados no prazo máximo de 3 (três) horas, a partir da comunicação da PRODESP, em razão de acidentes, revisão, reparos mecânicos, má conservação e condição de segurança na capital do estado e na Grande São Paulo, e no prazo máximo de 12 (doze) horas se o chamado ocorrer, quando em viagem, no interior do estado. Nessa última hipótese, a CONTRATADA poderá autorizar a PRODESP a retirar veículo igual ou similar junto a outra empresa do ramo existente na localidade, apresentando documentação que a fundamente.

2.8.4. A CONTRATADA obriga-se a arcar com as despesas relativas à troca de óleo/lubrificantes, filtros e demais suprimentos necessários ao cumprimento do objeto sob contrato.

2.9. Manutenção Preventiva

2.9.1. A responsabilidade pela manutenção preventiva dos veículos objeto da contratação será da CONTRATADA, devendo ser realizada na periodicidade e nas frequências recomendadas pelas respectivas montadoras e constantes do manual do proprietário de cada veículo.

2.10. Manutenção Corretiva

2.10.1. A manutenção corretiva deverá ocorrer sempre que necessário, para substituição de um componente do veículo por desgaste ou por quebra do mesmo.

2.10.2. A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos decorrentes de acidentes e avarias, mantendo, para isso, seguro com cobertura total contra colisão, incêndio, roubo e terceiros, incluindo o pagamento da franquia.

2.10.3. A CONTRATADA deverá assumir integral e absoluta responsabilidade pelos veículos ora locados, desobrigando a PRODESP de quaisquer ônus, encargos, deveres e responsabilidades por defeitos, vícios aparentes ou ocultos, ou funcionamento insatisfatório dos aludidos bens e acidentes não cobertos pelo seguro citado neste item.

2.11. Relatórios

No final de cada mês a CONTRATADA deverá fornecer, preferencialmente em meio eletrônico, os seguintes relatórios individualizados por veículo, indicando:

2.11.1. Relatórios de atendimento, com nome do condutor e do usuário, tempo de utilização e quilometragem rodada;

2.11.2. Relatório de manutenção preventiva, indicando a intervenção realizada em cada veículo, mostrando a quilometragem e a data da realização;

2.11.3. Relatórios de ocorrências no mês, indicando os veículos parados por problemas de manutenção;

2.11.4. Relatório mensal de quilometragem rodada e de consumo por tipo de combustível por veículo.;

2.11.5. Relatórios mensais de estadias e refeições do condutor, no caso de viagens feitas.

2.12. Supervisão

A CONTRATADA deverá designar, sem qualquer ônus adicional, preposto para a realização da supervisão dos serviços, não podendo tal atividade recair sobre nenhum dos motoristas, atuando em consonância com o gestor do contrato designado pela PRODESP, para plena e satisfatória execução das ações administrativas e operacionais da frota, tais como:

2.12.1. Orientação e supervisão dos motoristas;

2.12.2. Elaboração da programação de horários de motoristas para atendimentos das requisições de serviços;

2.12.3. Controle de manutenção e limpeza dos veículos;

2.12.4. Controle das requisições de viagens, em conjunto com o gestor; e

2.12.5. Emissão de relatórios gerenciais contendo a consolidação das informações do tópico 2.11.

3. VIGÊNCIA E INÍCIO DOS SERVIÇOS

- 3.1. O prazo do contrato é de 30 (trinta) meses consecutivos e ininterruptos, contados da data estabelecida para o início dos serviços, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos e condições permitidos pela legislação vigente, desde que as partes se manifestem com antecedência de 90 (noventa) dias do término do prazo do contrato.
- 3.2. Dentre outras exigências, a prorrogação somente será formalizada caso os preços mantenham-se vantajosos para a PRODESP e consistentes com o mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época.

4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 4.1. Sem prejuízo das disposições das cláusulas e em cumprimento às suas obrigações contratuais, além das decorrentes de lei e de normas regulamentares, constituem obrigações específicas da CONTRATADA as descrições detalhadas nos subtópicos discriminados a seguir:
- 4.1.1. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 4.1.2. Disponibilizar o(s) veículo(s) no prazo estabelecido por ocasião da expedição de autorização de início dos serviços pela PRODESP, no local e horário fixado pela PRODESP, cabendo ao Contratado informar, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo que o impossibilite de assumir os serviços conforme o estabelecido;
- 4.1.3. Encaminhar, no ato de início dos serviços, a cópia da nota fiscal de cada veículo disponibilizado para a prestação dos serviços.
- 4.1.4. Disponibilizar veículos licenciados obrigatoriamente no estado de São Paulo, conforme estabelece o Decreto Estadual n.º 51.479, de 11/01/2007.
- 4.1.5. Disponibilizar veículos com numeração final de placa diferenciada, com vistas a minimizar a interrupção de uso nos dias de rodízio municipal de veículos na cidade de São Paulo, conforme legislação específica.
- 4.1.6. Assegurar que os veículos permaneçam à disposição da PRODESP durante a vigência do contrato, não podendo ser utilizados para outros fins;
- 4.1.7. Disponibilizar veículos abastecidos em sua capacidade máxima, em perfeitas condições de segurança, higiene e limpeza, conforme as especificações do fabricante.
- 4.1.8. Lavar, aspirar e higienizar os veículos na frequência necessária à permanência dos mesmos em estado ótimo de conservação. Os produtos e equipamentos utilizados para este fim serão suportados pela CONTRATADA, decorrentes do uso dos veículos locados, relacionados no item 2;
- 4.1.9. Responsabilizar-se pelo abastecimento de combustível, preferencialmente mediante a disponibilização de cartão magnético de gerenciamento de combustível ou outro instrumento destinado para tal fim, decorrentes do uso dos veículos locados relacionados no item 2;
- a) Abastecer o veículo flex obrigatoriamente com etanol, conforme decreto estadual nº 59.038, de 3 de abril de 2013.
- 4.1.10. Quando da entrega dos veículos, e sempre que por força de contrato, houver previsão, o abastecimento dos veículos somente poderá ser feito em postos que não estejam relacionados em publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nos termos da Lei Estadual n.º 11.929, de 12 de abril de 2005, e Lei Estadual n.º 12.675, de 13 de julho de 2007, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 53.062, de 05 de junho de 2008.

- 4.1.11. Responsabilizar-se por todos os encargos relativos aos veículos, como IPVA, seguro obrigatório e taxa de emplacamento.
- 4.1.12. Responsabilizar-se pelas despesas e outros ônus provenientes de infração às leis de trânsito, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, que tenham sido causadas por dolo ou culpa da CONTRATADA, para os serviços do item 2.3.
- 4.1.13. Manter os veículos assegurados contra roubo, furto, danos materiais e pessoais, inclusive contra terceiros, cobertura total para caso de destruição parcial ou total do bem durante todo o prazo de vigência contratual.
- 4.1.14. Prestar assistência 24 horas, com plantão para atendimento e socorro do veículo locado, por intermédio de sistema de comunicação a ser informado no ato de entrega do veículo;
- 4.1.15. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da utilização do veículo, inclusive os reparos mecânicos necessários à sua manutenção ou decorrente de acidente, troca de óleo, lubrificantes, inclusive o abastecimento de combustível, se previsto;
- 4.1.16. Realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de acordo com as recomendações do fabricante, incluindo os serviços de funilaria e lubrificação, bem como a substituição de pneus e peças desgastadas mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança, higiene e limpeza.
- 4.1.17. Substituir todos os veículos de imediato e de forma automática por veículos zero quilômetro, nas mesmas condições da entrega inicial, quando completarem 100.000 (cem mil) quilômetros ou 30 (trinta) meses de uso, a contar do primeiro licenciamento (o que ocorrer primeiro);
- 4.1.18. Substituir os veículos locados no prazo máximo de 3 (três) horas, a partir da comunicação da PRODESP, em razão de acidentes, revisão, reparos mecânicos, má conservação e condição de segurança na capital do estado e na Grande São Paulo, e no prazo máximo de 12 (doze) horas se o chamado ocorrer quando em viagem, no interior do estado. Nessa última hipótese, a CONTRATADA poderá autorizar a PRODESP a retirar veículo igual ou similar junto a outra empresa do ramo existente na localidade.
- 4.1.19. Substituir o veículo nas condições não previstas no item anterior, quando solicitado por escrito pela PRODESP, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir do recebimento de notificação.
- 4.1.20. Entregar e retirar os veículos substituídos sem atribuir ao PRODESP a cobrança de qualquer ônus adicional, seja em função dos encargos para licenciamento/legalização do veículo quanto do eventual ônus de pedágio no curso do processo de substituição da frota de veículos.
- 4.1.21. Autorizar a PRODESP a colocar nos veículos seus adesivos com logotipos.
- 4.1.22. Observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros, bem como cumprir a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário;
- 4.1.23. Observar a legislação pertinente aos serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho, relativos aos trabalhadores sob o contrato, responsabilizando-se integralmente por eventuais ocorrências inerentes à matéria;
- 4.1.24. Comunicar ao Gestor da PRODESP, conforme o caso requeira, sobre fatos como obras e/ou impedimentos temporários e mudanças no sentido de tráfego que impliquem a alteração de itinerários e horários;
- 4.1.25. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando a PRODESP os condutores com funções legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, com experiência mínima de 3 (três) anos na função;
- 4.1.26. Comprovar formação técnica e específica dos condutores dos veículos mediante apresentação de

habilitação expedida pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo SENATRAN e pelo DETRAN;

- 4.1.27. Manter em serviço somente profissionais capacitados e portando crachá de identificação individual, no qual deverá constar: nome da CONTRATADA, n.º de registro, função e fotografia do empregado portador;
- 4.1.28. Responsabilizar-se pela disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho e comprometer-se com que os mesmos mantenham o devido respeito e cortesia no relacionamento com o pessoal da PRODESP, observando o controle do regimento do trabalho e descanso dos condutores, acompanhando e comprovando sua saúde física e mental;
- 4.1.29. Não permitir que qualquer condutor se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica (Lei Federal n.º 11.705/2008);
- 4.1.30. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se também pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;
- 4.1.31. Providenciar o treinamento e a reciclagem necessários para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados;
- 4.1.32. Efetuar a substituição do condutor, em até 2 (duas) horas, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);
- 4.1.33. Comunicar a PRODESP quando da transferência e/ou retirada e substituição de condutores dos itinerários ou dos serviços;
- 4.1.34. Manter controle de frequência/pontualidade de seus empregados;
- 4.1.35. Fornecer uniformes e complementos adequados para o desenvolvimento das atividades, submetendo-os previamente à aprovação da PRODESP, sem ônus para seus empregados;
- 4.1.36. Fornecer vale-refeição e cesta básica aos empregados envolvidos na prestação dos serviços;
- 4.1.37. Fornecer obrigatoriamente aos empregados alocados neste contrato todos os benefícios previstos no acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho em vigor;
- 4.1.38. Assegurar que todo empregado que venha a cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave não seja mantido em serviço;
- 4.1.39. Atender de imediato às solicitações da PRODESP quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;
- 4.1.40. Comunicar a PRODESP toda a ocorrência de afastamento, substituição ou inclusão de qualquer integrante da equipe que esteja prestando serviços. No caso de substituição ou inclusão, a CONTRATADA anexará os respectivos currículos, ficando a cargo da PRODESP aceitá-los ou não;
- 4.1.41. Apresentar a PRODESP, sempre que exigido, comprovantes de pagamento de salários, apólices de seguro contra acidente de trabalho e apólices de seguro do casco, contra terceiros e danos pessoais, quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos empregados que estejam ou tenham estado a serviço da PRODESP, por força desse contrato;
- 4.1.42. Assumir todas as despesas decorrentes de danos materiais causados aos veículos ou bens de terceiros, bem como danos pessoais aos seus ocupantes ou a terceiros, sendo de sua responsabilidade;
- 4.1.43. Responsabilizar-se civil e criminalmente pelos danos causados a PRODESP ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato;

- 4.1.44. A CONTRATADA, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, deve proceder as anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais ajuizadas em qualquer juízo que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a CONTRATADA;
- 4.1.45. Responsabilizar-se por quaisquer multas ambientais e de trânsito durante a execução do contrato, decorrente do uso dos veículos relacionados no item 2.;
- 4.1.46. Disponibilizar veículos e condutores em quantidades necessárias para garantir a prestação dos serviços nos horários contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;
- 4.1.47. Manter atualizada e em ordem a documentação relativa ao veículo e sempre estar de posse do condutor;
- 4.1.48. Encaminhar junto a PRODESP, dentro do prazo máximo de 3 (três) dias úteis de seu recebimento, a notificação de autuação de infração de trânsito referente ao veículo locado para verificação, apuração de responsabilidade e indicação dos dados do condutor infrator, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro, decorrentes do uso dos veículos relacionados no item 2.
- 4.1.49. Isentar a PRODESP de taxas sobre o valor de multas de trânsito, cuja cobrança corresponderá apenas ao valor constante no auto de infração decorrentes do uso dos veículos relacionados no item 2;
- 4.1.50. Dar ciência imediata e por escrito à PRODESP sobre qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços, além de prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços;
- 4.1.51. Observar que, para os serviços prestados dentro do município de São Paulo, deve ser cumprida a legislação vigente quanto ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em uso, em especial as Leis municipais nº 11.733, de 1995, nº 12.157, de 1996, nº 14.717, de 2008, e nº 15.688, de 2013, e os Decretos municipais nº 50.232, de 2008, e nº 53.989, de 2013, e demais atos normativos aplicáveis;
- 4.1.51.1. A CONTRATADA deve manter na frota destinada a este contrato apenas os veículos devidamente aprovados na inspeção veicular.
- 4.1.52. A CONTRATADA deve observar a legislação trabalhista, inclusive quanto à jornada de trabalho e outras disposições previstas em normas coletivas da categoria profissional.

5. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS

- 5.1. Executar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo os serviços de funilaria, pintura, troca de pneus e lubrificação, bem como substituição de peças desgastadas, devendo:
- 5.2. Manter a regulação dos veículos automotores, preservando as suas características originais para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento aos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente;
- 5.3. A constatação de inadimplemento dessas exigências ensejará a substituição imediata desse veículo, sob pena de sanções ou rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades constantes da legislação que rege a matéria, normas brasileiras aplicáveis e manuais de proprietários e serviços de veículo;
- 5.4. Implementar soluções tecnológicas que permitam melhorias do controle de emissão de gases poluentes na atmosfera;
- 5.5. Manter os veículos automotores de modo a coibir a deterioração e a adulteração do sistema de

escapamento e demais fatores que possam resultar em níveis de emissão sonora superiores aos dos padrões aceitáveis nos termos da legislação vigente, normas brasileiras aplicáveis e recomendação dos manuais de proprietários e serviços do veículo;

- 5.6. Disponibilizar os veículos com catalisador ou outro equipamento que o substitua para controle de emissão de gases poluentes na atmosfera;
- 5.7. Observar a legislação vigente sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA, CONAMA e da Secretaria do Meio Ambiente/SP, destacando-se a Lei Federal n.º 8.723/93, com redação dada pela Lei Federal n.º 10.203/01, a Resolução CONAMA n.º 16/93, a Portaria IBAMA n.º 85/96, a Lei Estadual n.º 997/76 e os Decretos Estaduais n.º 8.468/76 n.º e 59.113/13, com suas respectivas alterações.
- 5.8. Manter programa interno de autofiscalização da correta manutenção da frota quanto à emissão de fumaça preta, especialmente para os veículos eventualmente movidos a óleo diesel que integrem a frota utilizada na presente prestação dos serviços, sob pena de rescisão contratual.
- 5.9. Utilizar veículos movidos a combustíveis que causem menor impacto ambiental, visando à redução efetiva de emissões poluidoras na atmosfera.
- 5.10. Manter os veículos envolvidos indiretamente na execução dos serviços (como no apoio e supervisão dos serviços), prioritariamente aqueles classificados como "A" ou "B" pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV), considerando-se sua categoria e visando à utilização mais eficiente de combustível e a redução de poluentes atmosféricos e gases de efeito estufa.
- 5.11. Manter política de boas práticas ambientais na gestão de suprimentos, especialmente quanto a aquisição e descarte de pneus, bem como dos resíduos resultantes dos processos de manutenção e limpeza dos veículos.
- 5.12. Observar as disposições contidas na Lei Estadual n.º 14.186, de 15/07/2010, quanto à destinação final das embalagens de óleos lubrificantes.
- 5.13. Encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada e segura, em conformidade com a Resolução CONAMA n.º 416, de 30/09/2009.
- 5.14. Em atendimento à Lei Estadual n.º 15.303, de 12 de janeiro de 2014, na manutenção dos veículos motorizados envolvidos na prestação do serviço, deve-se dar prioridade ao emprego de óleos lubrificantes novos que tenham em sua composição óleos básicos re-refinados.

6. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA PRODESP

- 6.1. Expedir a autorização de início dos serviços com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data de início de sua execução;
- 6.2. Garantir instalações para guarda e estacionamento dos veículos envolvidos.
- 6.3. Garantir que a utilização dos veículos alocados seja restrita às atividades da PRODESP
- 6.4. Arcar com os custos de compra e colocação de adesivos com o logotipo da PRODESP
- 6.5. Utilizar os veículos exclusivamente em vias normais de rodagem.
- 6.6. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no contrato.
- 6.7. Indicar o responsável pela gestão do contrato, a quem competirá a fiscalização dos serviços a qualquer instante, solicitando à CONTRATADA, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento, sendo também o responsável pelo recebimento dos veículos;
- 6.8. Abastecer obrigatoriamente os veículos flex com etanol, conforme Decreto Estadual n.º 59.038, de 3 de abril de 2013;

- 6.9. Arcar com as despesas de combustível e multas provenientes de infração às leis de trânsito (Código de Trânsito Brasileiro – CTB), decorrentes do uso dos veículos locados;
- 6.10. Arcar com as despesas relativas a pedágios e estacionamento;
- 6.11. Assegurar que os motoristas condutores dos veículos locados portem Carteira Nacional de Habilitação dentro do prazo de validade;
- 6.12. Comunicar no prazo máximo de 2 (dois) dias qualquer sinistro ocorrido com o(s) veículo(s);
- 6.13. No caso de infrações de trânsito, efetuar a identificação do motorista infrator e o envio dos documentos necessários à CONTRATADA dentro do prazo estipulado no Código de Trânsito Brasileiro, com a finalidade de subsidiá-la na impetração de recurso junto à autoridade que impôs a infração;
- 6.14. Providenciar o devido ressarcimento do valor da multa à CONTRATADA, caso a infração cometida seja considerada procedente;
- 6.15. Em caso de acidente, reunir dados referentes ao veículo envolvido e seu motorista, bem como condições de seguro, vítimas e testemunhas, providenciar o Boletim de Ocorrência Policial e dar imediata ciência do ocorrido à CONTRATADA.
- 6.16. Indicar o responsável pela gestão do contrato, a quem competirá a fiscalização dos serviços a qualquer instante, solicitando à CONTRATADA, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento;
- 6.17. Esclarecer dúvidas em relação aos serviços a serem prestados;
- 6.18. Fornecer os itinerários e horários de partida e chegada;
- 6.19. Disponibilizar instalações sanitárias;
- 6.20. Responsabilizar-se por tarifas rodoviárias, hidroviárias e de estacionamento, quando for o caso, durante a execução do contrato (não se aplica ao processo de substituição de frotas);
- 6.21. Reembolsar à CONTRATADA, em caso de necessidade de pernoite, as eventuais despesas com estadia e refeições do condutor do veículo, pelo valor correspondente a 7 (sete) UFESPs (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo):
- 6.22. O valor da UFESP será aquele vigente na data da ocorrência da viagem;
- 6.23. A estimativa dessas despesas deve constar obrigatoriamente no Edital elaborado;
- 6.24. O reembolso será feito mensalmente, desde que informado no relatório que acompanha a nota fiscal de serviços conforme referido no item 3.8; e
- 6.25. A PRODESP deverá informar à CONTRATADA, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, da necessidade de pernoite do motorista.

7. FISCALIZAÇÃO/CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1. A fiscalização dos serviços pela PRODESP não exime nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.
- 7.2. A PRODESP poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos veículos programados para execução dos serviços e verificar o cumprimento de normas estabelecidas neste contrato.
- 7.3. À PRODESP é reservado o direito de solicitar a imediata substituição dos veículos que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas. As eventuais substituições durante o contrato deverão ser feitas no padrão equivalente ao estipulado, sem qualquer ônus adicional a PRODESP.
- 7.4. A fiscalização da PRODESP não deverá permitir que o condutor execute tarefas em desacordo com o objeto contratado.

8. MEDIÇÃO DO SERVIÇOS PRESTADOS

- 8.1. Após o término de cada período mensal, a Contratada elaborará relatório contendo os quantitativos totais mensais de cada um dos tipos de serviços efetivamente realizados.
- 8.2. As medições para efeito de pagamento serão realizadas de acordo com os seguintes procedimentos:
- a) O valor devido referente à locação mensal no mês da entrega dos veículos será calculado proporcionalmente aos dias decorridos desde a data em que o veículo tiver sido entregue e aceito pela **PRODESP** até o último dia do mês;
 - b) Até o 1º dia útil subsequente ao mês em que foram prestados os serviços, a Contratada entregará relatório contendo os quantitativos totais mensais de cada um dos tipos de serviços realizados e os respectivos valores apurados;
 - c) A **PRODESP** solicitará à Contratada, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura;
 - d) Serão considerados somente os serviços efetivamente executados e apurados da seguinte forma:
 - d (i) O valor dos pagamentos dos serviços de transporte mediante locação de veículos com quilometragem livre será obtido mediante a aplicação dos preços unitários mensais correspondentes quantidades de veículos contratados, descontadas as importâncias relativas aos serviços não executados por motivos imputáveis à Contratada;
 - d (ii) O valor dos pagamentos dos serviços de transporte mediante locação de veículos, com condutor e com combustível, será obtido mediante a soma do preço fixo contratual e aplicação do respectivo preço unitário variável contratado às correspondentes quantidades de quilômetros efetivamente rodados descontadas as importâncias relativas a serviços não executados por motivos imputáveis à contratada;
 - d (iii) A realização dos descontos indicados na alínea d (i) e d(ii) acima não prejudica a aplicação de sanções à Contratada por conta da não execução dos serviços.
 - e) Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, a **PRODESP** atestará a medição mensal, comunicando à Contratada, no prazo de 03 (três) dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e autorizando a emissão da correspondente fatura, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados.

9. PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS VALORES DOS SERVIÇOS

- 9.1. Serviços de locação de 03 (veículos) sem condutor e sem combustível, quilometragem livre e com manutenção.

SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS SEM CONDUTOR SEM COMBUSTÍVEL, QUILOMETRAGEM LIVRE E COM MANUTENÇÃO				
Item	Classificação / Descrição	Qtde Veículos (1)	Valor unitário mensal - veículo (R\$) (2)	Valor mensal (R\$) (3)=(1) x (2)
1	Grupo "S 1" - Sedã de 1.0 a 1.6	3		
VALOR MENSAL ESTIMADO - R\$				
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA 30 MESES - R\$				

- 9.2. Serviços de locação de 17 (dezessete) veículos com condutor e com combustível

SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS COM CONDUTOR E COM COMBUSTÍVEL										
Item	Classificação / Descrição	Qtde Veículos	Valor Fixo Unitário mensal veículo (R\$)	Valor Fixo mensal veículos (R\$)	Qtde km/mês estimada	Valor/km unitário mensal	Valor/km mensal estimado (R\$)	Qtde hora adicional estimada	Valor/hora adicional unitário mensal (R\$)	Valor/hora adicional mensal estimado (R\$)
		(1)	(2)	(3)=(1)x(2)	(4)	(5)	(6)=(4)x(5)	(7)	(8)	(9)=(7)x(8)
1	Veículo - Grupo "B" Sedan - Segunda-feira a sexta-feira - 16 horas diárias	1			3.000			60		
2	Veículo - Grupo "S- 1ª sedã de 1.0 a 1.6 - Segunda-feira a sexta-feira - 16 horas diárias	1			3.000			44		
3	Veículo - Grupo "S- 1ª sedã de 1.0 a 1.6 - Segunda-feira a sexta-feira - 44 hs semanais	11			33.000			484		
4	Grupo "S2" minivan/ Peruas/ Monovolumes - Segunda-feira a sexta-feira - 44 hs semanais	2			3.600			20		
5	Grupo "S2" Van (acima de 9 lugares) - Segunda-feira a sexta-feira - 44 hs semanais	2			8.000			200		
SUBTOTAL										
VALOR MENSAL ESTIMADO (3+6+9)										
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA 30 MESES										

10. OUTRAS DESPESAS

- 10.1. No caso de viagens em que seja necessário pernoite do motorista, as despesas com sua estadia e refeições serão reembolsadas à Contratada pelo valor correspondente a 7 (sete) UFESPs (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo).
- 10.2. O reembolso das despesas com pernoites estará limitado aos hotéis de até 02 (duas) estrelas, mediante comprovação.
- 10.3. O reembolso será feito mensalmente, desde que informado no relatório que acompanha a nota fiscal de serviços conforme referido no item 2, subitem 2.11, deste Termo.
- 10.4. O valor da UFESP será aquele vigente na data da ocorrência da viagem.
- 10.5. Os reembolsos durante a vigência do contrato deverão cobrados separadamente para pagamento pela **PRODESP**, mediante comprovação pela CONTRATADA e aprovação/atestação da **PRODESP**.

11. DA LICITAÇÃO

11.1. Qualificação Técnica do Licitante

Para a participação no processo licitatório, a licitante deverá apresentar Atestado de Qualificação Técnica Operacional (Experiência Anterior) mediante apresentação de Atestado(s) de Qualificação Técnica Operacional, fornecido(s) por cliente(s) do licitante, pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão do licitante no desempenho de atividades pertinentes, compatíveis e de natureza semelhante em características com o objeto desta licitação, atestando, inclusive, o bom desempenho e cumprimento a contento das obrigações contratuais.

- 11.1.1. Será aceita a apresentação de atestado(s) de serviços similares ao objeto da licitação que demonstre(m) que a licitante executou serviços correspondentes a, no mínimo, 50% da quantidade total de veículos destinados à locação, objeto desta licitação.

11.2. Vedação de empresas reunidas em consórcio

A presente contratação não admite a participação de empresas reunidas em consórcio, tendo em vista as características do objeto licitado. O serviço de transporte, mediante locação de veículos, não demanda a atuação conjunta de empresas de ramos distintos ou de especialidades complementares. Trata-se de prestação de serviços que deve ser integralmente atendida por uma única empresa locadora, a qual deve dispor, em seu portfólio, dos veículos e da estrutura necessária para cumprir todas as exigências previstas no edital.

11.2.1. Essa vedação garante maior eficiência administrativa, evita a fragmentação de responsabilidades contratuais e melhor controle sobre a execução dos serviços.



Documento assinado eletronicamente por **Milton Akira Yoshida, Analista de Gestão Organizacional**, em 11/06/2026, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Simone Santos Nery, Coordenador**, em 11/06/2026, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0110650627** e o código CRC **6CDF822F**.

ANEXO II

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

À
CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – PRODESP

Ref: PREGÃO ELETRÔNICO PRODESP Nº 90037/2026 - Processo nº 359.00002034/2026-17

OBJETO: *Prestação de serviços de transporte mediante locação de 3 (três) veículos novos, sem condutor e sem combustível, com quilometragem livre e com manutenção e 17 (dezesete) veículos novos, com condutor, com combustível e com manutenção, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas da PRODESP, no transporte exclusivo de passageiros e misto de cargas leves, conforme especificações constantes do Termo de Referência que integra este edital como Anexo I.*

Para cumprimento do objeto deste Pregão, ofertamos os preços conforme abaixo:

QUADRO "A" SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS SEM CONDUTOR E SEM COMBUSTÍVEL, QUILOMETRAGEM LIVRE E COM MANUTENÇÃO						
ITEM	CLASSIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO	(1) QUANT. VEÍCULOS	(2) PREÇO UNITÁRIO MENSAL	(3) = (1) * (2) PREÇO MENSAL	(4) QUANT. MESES	(5) = (3) * (4) SUBTOTAL
1	Grupo "S-1" – Sedã de 1.0 a 1.6	03	R\$	R\$	X 30 Meses	R\$

Q U A D R O “ B ”		SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS COM CONDUTOR E COM COMBUSTÍVEL								
ITEM	CLASSIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO	(1) QTDE. VEÍCULOS	(2) PREÇO FIXO UNITÁRIO MENSAL VEÍCULO	(3) = (1) * (2) PREÇO FIXO MENSAL VEÍCULOS	(4) QTDE. KM/MÊS ESTIMADA	(5) PREÇO/KM UNITÁRIO MENSAL	(6) = (4) * (5) PREÇO/KM MENSAL ESTIMADO	(7) QTDE. HORA ADICIONAL ESTIMADA	(8) PREÇO/HORA ADICIONAL UNITÁRIO MENSAL	(9) = (7) * (8) PREÇO/HORA ADICIONAL MENSAL ESTIMADO
1	Veículo – Grupo “B” Sedã – Segunda- feira a sexta-feira – 16 horas diárias	01	R\$	R\$	3.000	R\$	R\$	60	R\$	R\$
2	Veículo – Grupo “S- 1” sedã de 1.0 a 1.6 – Segunda-feira a sexta-feira – 16 horas diárias	01	R\$	R\$	3.000	R\$	R\$	44	R\$	R\$

3	Veículo – Grupo “S-1” sedã de 1.0 a 1.6 – Segunda-feira a sexta-feira – 44 hs semanais	11	R\$	R\$	33.000	R\$	R\$	484	R\$	R\$
4	Grupo “S2” minivan / Peruas/Monovolumes – Segunda-feira a sexta-feira – 44 hs semanais	02	R\$	R\$	3.600	R\$	R\$	20	R\$	R\$
5	Grupo “S2” Van (acima de 9 lugares) – Segunda-feira a sexta-feira – 44 hs semanais	02	R\$	R\$	8.000	R\$	R\$	200	R\$	R\$
QUADRO “B” - SUBTOTAIS			QUADRO “B” - SUBTOTAL (3)			QUADRO “B” - SUBTOTAL (6)			QUADRO “B” - SUBTOTAL (9)	
			R\$ _____,			R\$ _____,			R\$ _____,	
PREÇO MENSAL ESTIMADO – SOMA DOS SUBTOTAIS (3) + (6) + (9)						R\$ _____,		(x) 30 MESES = R\$ _____,		
PREÇO GLOBAL (SOMA DOS SUBTOTAIS QUADROS “A” + “B”)									R\$ _____,	

Estamos cientes de que o código do item utilizado nesta licitação serviu tão somente para fins de processamento do Pregão Eletrônico no portal de compras (www.gov.br/compras), não se prestando para identificar o objeto licitado, conforme disposto no item 1.2. do Edital.

Declaramos termos examinado todas as especificações contidas no Edital e Anexos, não havendo quaisquer discrepâncias entre o preço final de nossa proposta e as exigências para o cumprimento do objeto licitado, sendo certo que assumimos total responsabilidade por erros ou omissões existentes em nossa proposta, assim como toda despesa relativa à realização integral do objeto.

_____, _____ de _____ de 2026.

Empresa Licitante

(Nome e assinatura do representante legal, utilizando Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil)

O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a partir da data de sua apresentação.

ANEXO III

MODELO A QUE SE REFERE O ITEM 4.2.4.1. DO EDITAL (em papel timbrado da licitante)

Nome completo: _____

RG nº: CPF nº: _____

DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante _____ (nome empresarial), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº _____ / _____, Processo nº _____ / _____:

- a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Previdência no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº 42.911/1998;
- b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2.5 deste Edital;
- c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.

(Local e data).

(Nome e assinatura do representante legal, utilizando Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil)

ANEXO IV

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E
ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do RG nº _____
e do CPF nº _____, representante legal do licitante
_____ (nome empresarial), interessado em participar do
Pregão Eletrônico nº _____ / _____, Processo nº _____ / _____, **DECLARO**,
sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 67.301/2022, tais como:

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV – no tocante a licitações e contratos:
 - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
 - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
 - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
 - g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

- V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

(Nome e assinatura do representante legal, utilizando Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM ME/EPP, NOS TERMOS DO ITEM 4.2.4.3. DO EDITAL.

Eu, _____, portador do RG nº _____
e do CPF nº _____, representante legal do licitante
_____ (*nome empresarial*), interessado em participar do
Pregão Eletrônico nº _____/_____, Processo nº _____/_____, **DECLARO**,
sob as penas da Lei, o seu enquadramento na condição de Microempresa ou
Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar
Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo
diploma legal.

(Local e data).

(Nome e assinatura do representante legal, utilizando Certificado Digital
conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil)

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO **(empresas em recuperação judicial)** (em papel timbrado da licitante)

Ref: Pregão Eletrônico nº ____/____.

Eu.....(*nome completo*), representante legal da
empresa.....(*nome da pessoa jurídica*), participante do **Pregão Eletrônico**
n.º ____/____, DECLARO, sob as penas da lei:

Estar ciente de que no momento da assinatura do Contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo, e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o licitante está cumprindo o plano de recuperação judicial.

.....(*localidade*),de.....de.....

(Nome e assinatura do representante legal, utilizando Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil)
CPF n.º.....

Anexo VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO (em papel timbrado da licitante)

Pela presente, declaramos sob as penas de Lei, a inexistência de qualquer fato impeditivo que obste a nossa participação ou contratação neste **Pregão Eletrônico** nº ____/____ estando esta empresa absolutamente regular no ponto de vista jurídico, financeiro, fiscal e trabalhista, inclusive perante o INSS/FGTS e em virtude das disposições da Lei federal nº 9.605/98 e Decreto estadual nº 66.819/22.

, de de .

(nome da empresa licitante)

(número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ)

(Nome e assinatura do representante legal, utilizando Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil)

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE MEDIANTE
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, FIRMADO ENTRE A COMPANHIA DE PROCESSAMENTO
DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP E A**
.....

PRO.MINUTA

Pelo presente contrato, de um lado, a **COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP**, com sede no município de Taboão da Serra - estado de São Paulo, na Rua Agueda Gonçalves, nº 240, inscrita no CNPJ/MF nº 62.577.929/0001-35, doravante designada simplesmente **PRODESP** e, de outro, a, inscrita no CNPJ/MF sob nº, com sede, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, representadas neste ato por seus representantes legais ao final designados e assinados, têm entre si justo e acertado o contrato de prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

I - OBJETO

- 1.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de transporte mediante locação de 03 (três) veículos novos, sem condutor e sem combustível, com quilometragem livre e com manutenção, e 17 (dezessete) veículos novos, com condutor, com combustível e com manutenção, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas da **PRODESP**, no transporte exclusivo de passageiros e misto de cargas leves, conforme detalhamento e especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital e demais condições estabelecidas neste contrato.
- 1.2. Considera-se locação em caráter não eventual a locação de veículo para utilização em serviço público de natureza permanente ou de longa duração.
- 1.3. O desenvolvimento dos serviços será efetuado conforme as opções de contratações de veículos novos nas modalidades de serviços:
 - 1.3.1. Sem condutor e sem combustível (quilometragem livre) e
 - 1.3.2. Com condutor e com combustível.
- 1.4. O objeto do presente contrato deverá atingir o fim a que se destina com a eficácia e a qualidade requeridas.
- 1.5. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço unitário.
- 1.6. A presente contratação, decorrente de licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº, foi homologada, assim como autorizada a previsão de despesa orçamentária no Documento de Comprovação Orçamentária – DCO nº, nos termos do Decreto Estadual nº 33.144, de 20/3/91, conforme documentos anexados no Processo SEI nº

II - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E LOCAL DE ENTREGA DO VEÍCULO

2.1. A **CONTRATADA** prestará os serviços cumprindo rigorosamente todas as cláusulas e condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência - Anexo I.

2.2. A prestação dos serviços se dará mediante a disponibilização dos veículos, com observância das especificações, quantidades e locais indicados a seguir:

2.2.1. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE MEDIANTE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS, SEM CONDUTOR, SEM COMBUSTÍVEL E COM QUILOMETRAGEM LIVRE:

2.2.1.1. LOCAL DA APRESENTAÇÃO/ ENDEREÇO:

PRODESP/SEDE: Rua Agueda Gonçalves, nº 240 - Taboão da Serra – São Paulo.

Horário de funcionamento da PRODESP: de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 17h.

QTDE	CLASSIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO
03	Veículo do Grupo S-1 Sedan de 1.0 a 1.6 <ul style="list-style-type: none">Tipo Sedã, quatro portas, cor branca, versão básica da linha e capacidade para 4 ou mais pessoas.Equipamentos opcionais: ar-condicionado, air bag, freio ABS, equipamento de SOM e disponibilização de TAGs de pagamento automático de pedágios e estacionamentos (SEM PARAR).Referência: etanol (álcool) para veículos bicomcombustíveis.

2.2.2. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE MEDIANTE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS, COM CONDUTOR E COM COMBUSTÍVEL:

2.2.2.1. LOCAL DA APRESENTAÇÃO/ ENDEREÇO:

PRODESP/SEDE: Rua Agueda Gonçalves, n.º 240 - Taboão da Serra – São Paulo.

Horário de funcionamento da PRODESP: de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 17h.

QTDE	CLASSIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO	HORÁRIOS
01	Veículo do Grupo B <ul style="list-style-type: none">Tipo Sedã ou utilitário esportivo (SUV), quatro portas, cor escura (de preferência preta), versão básica da linha e capacidade para 5 ou mais pessoas.Equipamentos opcionais: ar-condicionado, air bag, freio ABS e equipamento de SOM.Referência: etanol (álcool) para veículos bicomcombustíveis.	Segunda-feira a sexta-feira – 16 horas diárias (veículo com 2 motoristas)

2.2.2.1.1. A quilometragem estimada mensal para o veículo do Grupo “B” é de 3.000 km/ mensais;

2.2.2.1.2. A quantidade de horas adicionais estimada para o veículo do Grupo “B” é de 60 horas adicionais mensais.

QTDE	CLASSIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO	HORÁRIOS
01	Veículo do Grupo S-1 – Sedan de 1.0 a 1.6 <ul style="list-style-type: none">• Tipo Sedã, quatro portas, cor escura (de preferência preta), versão básica da linha e capacidade para 4 ou mais pessoas.• Equipamentos opcionais: ar-condicionado, air bag, freio ABS, equipamento de SOM.• Referência: etanol (álcool) para veículos bicombustíveis.	Segunda-feira a sexta-feira – 16 horas diárias (veículo com 2 motoristas)

2.2.2.1.3. A quilometragem estimada mensal para cada veículo do Grupo “S-1” é de 3.000 km/ mensais;

2.2.2.1.4. A quantidade de horas adicionais estimada para cada veículo do Grupo “S-1” é de 44 horas adicionais.

QTDE	CLASSIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO	HORÁRIOS
11	Veículo do Grupo S-1 – Sedan de 1.0 a 1.6 <ul style="list-style-type: none">• Tipo Sedã, quatro portas, cores branca e escura (de preferência preta) a critério da administração, versão básica da linha e capacidade para 4 ou mais pessoas.• Equipamentos opcionais: som automotivo.• Referência: etanol (álcool) para veículos bicombustíveis.	Segunda-feira a sexta-feira – 44 horas semanais

2.2.2.1.5. A quilometragem estimada mensal para cada veículo do Grupo “S-1” é de 3.000 km/ mensais e total de 33.000 km/mensais para 11 veículos;

2.2.2.1.6. A quantidade de horas adicionais estimada para cada veículo do Grupo “S-1” é de 44 horas adicionais e total de 484 horas adicionais para 11 veículos.

QTDE	CLASSIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO	HORÁRIOS
02	Veículo do Grupo S-2 – perua/ minivans/ monovolume <ul style="list-style-type: none"> Cor branca, versão básica da linha e adequados ao transporte misto de cargas leves e de passageiros. Equipamentos opcionais: ar-condicionado 	Segunda-feira a sexta-feira – 44 horas semanais

2.2.2.1.7. A quilometragem estimada mensal para o veículo do Grupo “S-2 - Minivan” é de 1.800 km/ mensais e total de 3.600 km/mensais para 2 veículos;

2.2.2.1.8. A quantidade de horas adicionais estimada para o veículo do Grupo “S-2 – Minivan” é de 10 horas adicionais mensais e total de 20 horas mensais para 2 veículos.

QTDE	CLASSIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO	HORÁRIOS
02	Veículo do Grupo S-2 – Van <ul style="list-style-type: none"> Cor branca, versão básica da linha e adequados ao transporte misto de cargas leves e de passageiros. Equipamentos opcionais: ar-condicionado 	Segunda-feira a sexta-feira – 44 horas semanais

2.2.2.1.9. A quilometragem estimada mensal para o veículo do Grupo “S-2 - Van” é de 4.000 km/ mensais e total de 8.000 km/ mensais para 2 veículos;

2.2.2.1.10. A quantidade de horas adicionais estimada para o veículo do Grupo “S-2 – Van” é de 100 horas adicionais mensais e total de 200 horas adicionais mensais para 2 veículos.

2.3. COMBUSTÍVEL

2.3.1. Conforme Decreto Estadual n.º 59.038, de 03 de abril de 2013, a locação de veículos pela Administração Direta e Indireta do Estado, deverá recair, preferencialmente, nos movidos a etanol.

2.4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

2.4.1. Os veículos classificados de acordo com a modalidade deverão estar incluídos nas opções de contratações de veículos novos (zero quilômetro);

- 2.4.2. A **CONTRATADA** somente poderá iniciar os serviços, quando autorizados por escrito pela **PRODESP**, utilizando-se apenas de veículo em perfeito estado de funcionamento, conservação e higiene;
- 2.4.3. Os veículos deverão estar devidamente habilitados pelos órgãos competentes, segundo a legislação de trânsito, regulamentadas pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), pela Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), e pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN-SP).
- a) Em conformidade com o Decreto Estadual n.º 51.479, de 11 de janeiro de 2007, quando da contratação destinada à locação de veículos, será exigido o prévio e específico registro dos correspondentes veículos perante o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/SP.
- 2.4.4. Os veículos locados deverão ser entregues com o reservatório de combustível abastecido em sua capacidade máxima;
- 2.4.5. Os veículos locados serão objeto de vistoria, anotando-se na Ficha de Vistoria todas as observações sobre seu estado, por ocasião de sua entrega;
- 2.4.6. Os veículos locados serão identificados com logotipo do(a) (órgão/entidade), conforme estabelece a legislação vigente;
- 2.4.7. O registro, a atribuição dos caracteres de identificação externa (placas de identificação) e a expedição dos Certificados de Registro de Veículo e de Licenciamento (CRVL), durante o período de locação, atenderão às exigências administrativas pertinentes, de conformidade com o Decreto Estadual nº 51.479, de 11 de janeiro de 2007;
- 2.4.8. Os veículos serão disponibilizados com numeração final de placa diferenciada a fim de minimizar a interrupção de uso nos dias de rodízio municipal de veículos na cidade de São Paulo, conforme legislação específica.

2.5. **RENOVAÇÃO DA FROTA**

- 2.5.1. Substituir os veículos de imediato e de forma automática, por veículos “zero quilômetro”, nas mesmas condições da entrega inicial, quando completarem 100.000 (cem mil) quilômetros ou 30 (trinta) meses de uso, a contar do primeiro licenciamento, o que ocorrer primeiro.

2.6. **DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS**

- 2.6.1. Os serviços serão prestados nos locais, quantidades e nas frequências relacionadas nos subitens 2.2.1. e 2.2.2. e no Termo de Referência – Anexo I, devendo a **CONTRATADA** ter disponibilidade para remanejamentos, quando solicitados pela **PRODESP**, em qualquer cidade no âmbito do Estado de São Paulo;
- 2.6.2. A prestação de serviço de transportes, mediante disponibilização de veículos, com condutor e com combustível, nos locais e horários fixados pela **PRODESP**, envolve veículos adequados e mão de obra capacitada para sua perfeita execução;

- 2.6.3. O horário de apresentação do condutor e do veículo no local de partida deverá anteceder, no mínimo, 15 (quinze) minutos ao horário programado;
- 2.6.4. O horário inicial do atendimento começa a contar a partir do embarque do usuário e o horário de término do atendimento no desembarque do usuário ou na Sede da Prodesp quando a partida e o retorno do veículo sejam neste local;
- 2.6.5. Os itinerários e os horários pré-determinados somente poderão ser alterados em comum acordo com a **PRODESP** e sempre que forem necessários, em decorrência de obras, impedimentos temporários e/ou mudanças no sentido de tráfego;
- 2.6.6. Os condutores e os veículos deverão estar devidamente habilitados pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo CONTRAN, pela SENATRAN e pelo DETRAN/SP.
- 2.6.7. Os condutores deverão assumir diariamente o veículo, devidamente uniformizados, portando crachá de identificação individual, com aparência pessoal adequada, e estar capacitado para:
- a) Comparecer, imediatamente, sempre que convocado, ao local designado pela **PRODESP**, para exame e esclarecimento de quaisquer problemas relacionados à prestação dos serviços;
 - b) Portar rádio de comunicação ou telefone móvel;
 - c) Manter no interior do veículo Sistema de Posicionamento Global (GPS);
 - d) Contatar diariamente o gestor da **PRODESP**, mantendo-o informado de todos os detalhes da prestação dos serviços, bem como de quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado da prestação dos serviços;
 - e) Cumprir a programação dos serviços feita periodicamente pela **PRODESP**, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir a boa e regular prestação dos serviços;
 - f) Manter registro de todas as ocorrências, verificando-as no transcorrer da jornada de trabalho e comunicando-as posteriormente a **PRODESP**;
 - g) Os veículos deverão ser devidamente abastecidos, obrigatoriamente com combustível etanol, conforme Decreto Estadual nº 59.038, de 03 de abril de 2013, preferencialmente mediante utilização do cartão magnético de gerenciamento de combustível ou outro instrumento destinado para tal fim. A exceção se aplica somente a Vans, que devem ser abastecidas preferencialmente com diesel, gás natural e bicomcombustíveis, atendendo as normas da Agência Nacional do Petróleo;
 - h) Controlar as requisições de serviços de transporte recebidas dos diversos departamentos da **PRODESP**;

- i) Excepcionalmente, poderá haver solicitação de serviços fora dos dias e horários estabelecidos, mediante requisição prévia da **PRODESP**. Neste caso, as horas trabalhadas fora dos dias e horários previstos, serão remuneradas como extraordinárias.

2.6.8. O uniforme do condutor deverá seguir o padrão da **CONTRATADA**. Caso não haja um padrão específico, deverá conter, preferencialmente, calça social na cor azul-marinho, camisa social branca com logotipo da **CONTRATADA** no bolso, sapato tipo mocassim preto e blusa de lã acrílica na cor azul marinho;

2.6.9. O crachá de identificação deverá conter o nome da **CONTRATADA**, número de registro, função e fotografia do empregado portador.

2.7. MANUTENÇÃO

2.7.1. Os veículos alocados deverão receber a adequada e devida manutenção preventiva e/ou corretiva, conforme recomendações do fabricante;

2.7.2. A **CONTRATADA** deverá prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas, com plantão para atendimento e socorro dos veículos locados;

2.7.3. A **CONTRATADA** deverá substituir os veículos locados no prazo máximo de 3 (três) horas, a partir da comunicação da **PRODESP**, em razão de acidentes, revisão, reparos mecânicos, má conservação e condição de segurança na capital do estado e na Grande São Paulo, e no prazo máximo de 12 (doze) horas se o chamado ocorrer, quando em viagem, no interior do estado. Nessa última hipótese, a **CONTRATADA** poderá autorizar a **PRODESP** a retirar veículo igual ou similar junto a outra empresa do ramo existente na localidade, apresentando documentação que a fundamente;

2.7.4. A **CONTRATADA** obriga-se a arcar com as despesas relativas à troca de óleo/lubrificantes, filtros e demais suprimentos necessários ao cumprimento do objeto deste contrato.

2.8. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

2.8.1. A responsabilidade pela Manutenção Preventiva dos veículos objeto deste contrato será da **CONTRATADA**, devendo ser realizada na periodicidade e nas frequências recomendadas pelas respectivas montadoras e constantes do Manual do Proprietário de cada veículo.

2.9. MANUTENÇÃO CORRETIVA

2.9.1. A manutenção corretiva deverá ocorrer sempre que necessário para substituição de um componente do veículo por desgaste ou por quebra dele;

2.9.2. A **CONTRATADA** deverá arcar com todos os custos decorrentes de acidentes e avarias, mantendo, para isso, seguro com cobertura total contra colisão, incêndio, roubo e terceiros, incluindo o pagamento da franquia;

2.9.3. A **CONTRATADA** deverá assumir integral e absoluta responsabilidade pelos veículos ora locados, desobrigando a **PRODESP** de quaisquer ônus, encargos, deveres e responsabilidades por defeitos, vícios aparentes ou ocultos, ou funcionamento insatisfatório dos aludidos bens e acidentes não cobertos pelo seguro citado no item anterior.

2.10. RELATÓRIOS

2.10.1. No final de cada mês a **CONTRATADA** deverá fornecer, preferencialmente, em meio eletrônico, os seguintes relatórios individualizados por veículo, indicando:

- 2.10.1.1. Relatório de atendimento, com nome do condutor e do usuário, tempo de utilização e quilometragem rodada;
- 2.10.1.2. Relatório de manutenção preventiva, indicando a intervenção realizada em cada veículo, mostrando a quilometragem e a data da realização;
- 2.10.1.3. Relatório de ocorrências no mês, indicando os veículos parados por problemas de manutenção;
- 2.10.1.4. Relatório mensal de quilometragem rodada e de consumo por tipo de combustível por veículo;
- 2.10.1.5. Relatórios mensais de estadias e refeições do condutor, no caso de viagens realizadas.

2.11. SUPERVISÃO

2.11.1. A **CONTRATADA** deverá designar, sem qualquer ônus adicional, preposto para a realização da supervisão dos serviços, não podendo tal atividade recair sobre nenhum dos motoristas, atuando em consonância com o gestor do contrato designado pela **PRODESP**, para plena e satisfatória execução das ações administrativas e operacionais da frota, tais como:

- 2.11.1.1. Orientação e supervisão dos motoristas;
- 2.11.1.2. Elaboração da programação de horários de motoristas para atendimentos das requisições de serviços;
- 2.11.1.3. Controle de manutenção e limpeza dos veículos;
- 2.11.1.4. Controle das requisições de viagens, em conjunto com o gestor; e;
- 2.11.1.5. Emissão de relatórios gerenciais contendo a consolidação das informações constantes no item 2.10.

III - VIGÊNCIA

- 3.1. O presente contrato terá vigência de 30 (trinta) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes até o limite de 5 (cinco) anos.
- 3.2. O início da execução do objeto contratado se dará a partir da data indicada na Ordem de Início dos Serviços - OIS, emitida pela **PRODESP**, conforme previsto no item 5.1. da Cláusula V.

IV - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1. Atender e cumprir rigorosamente todas as condições contidas no Termo de Referência - Anexo I, e demais condições estabelecidas neste contrato.
- 4.2. Sem prejuízo das disposições das cláusulas e em cumprimento às suas obrigações contratuais, além das decorrentes de lei e de normas regulamentares, constituem obrigações específicas da **CONTRATADA**, todas as condições estabelecidas no item 4. do Termo de Referência – Anexo I.
- 4.3. Disponibilizar o(s) veículo(s) no prazo estabelecido por ocasião da expedição de Ordem(ns) de Início dos serviços pela **PRODESP**, previsto no item 5.2., no local e horário fixado pela **PRODESP**, cabendo a **CONTRATADA** informar, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo que o impossibilite de assumir os serviços conforme o estabelecido.
- 4.4. Manter, nos termos do artigo 69, Inciso IX da Lei federal nº 13.303/2026, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
 - 4.4.1. A **CONTRATADA** deverá comunicar imediatamente ao Gestor do Contrato da **PRODESP** a ocorrência de superveniência ou fato que venha a modificar suas condições iniciais de habilitação e qualificação;
 - 4.4.2. A **PRODESP** promoverá consulta da regularidade das certidões e cadastros, no ato de assinatura do contrato e previamente à emissão de termo de aditamento, por meio dos sistemas eletrônicos oficiais de informações cadastrais. Caso constatada desconformidade, a **CONTRATADA** deverá apresentar os comprovantes ou justificativas para avaliação da **PRODESP**, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato;
 - 4.4.3. Havendo a renovação contratual, a **CONTRATADA** deverá reapresentar os documentos de qualificação técnica, inicialmente exigidos e apresentados e que possuem validade vencida ao longo do período, tais como, mas não se limitando a: certificações, registros, inscrição em entidade profissional competente ou alvará/licença/autorização para atuação.

- 4.5. Obedecer na execução e desenvolvimento do seu trabalho, as determinações da Lei n.º 6.514, de 22 de dezembro de 1977, regulamentada pela Portaria n.º 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e Emprego e suas alterações, além de outra legislação técnica vigente e as normas de procedimentos internos da **PRODESP**, de engenharia de segurança, medicina e meio ambiente do trabalho, que sejam aplicáveis à execução específica da atividade.
- 4.6. Apresentar, para o início da prestação dos serviços, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato, e sempre que solicitado pela **PRODESP** ao longo da execução contratual, cópia do Programa de Gerenciamento de Riscos PGR ou LTCAT Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, de acordo com as Normas Regulamentadoras nºs 01/09 e 07, respectivamente, da Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme determina a Lei Federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977.
- 4.6.1. Deverá ser apresentada a documentação que determina quais os EPI's necessários à neutralização de agentes insalubres e demais riscos da atividade laboral;
- 4.6.2. A **PRODESP** poderá solicitar a revisão dos Programas e da documentação apresentada para melhor atender à legislação em vigor;
- 4.6.3. Apresentar documentação comprobatória de constituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, ou um designado quando não atender os critérios estabelecidos na NR-5 CIPA;
- 4.6.4. Direcionar profissional de Segurança do Trabalho, Técnico ou Engenheiro, para acompanhamento e liberação das atividades consideradas de Alto Risco.
- 4.7. Obriga-se, por seus administradores, sócios e gerentes, por seus prestadores ou terceiros contratados e/ou subcontratados, credenciados e representantes, a manter e guardar o mais expresso, estrito e absoluto sigilo sobre dados, informações, conteúdo, especificações técnicas, características de ambientes, relações ou informações de caráter comercial com clientes da **PRODESP**, a que tenham acesso ou conhecimento, sob qualquer forma, em decorrência da prestação dos serviços e/ou fornecimento de bem, objeto deste contrato, no decorrer da sua execução ou cumprimento, sob pena de responder civil e criminalmente pelo seu descumprimento, ficando responsável pela reparação por prejuízos materiais, morais, perdas e danos e lucros cessantes decorrentes.
- 4.7.1. A obrigação de sigilo prevista no caput desta cláusula aplica-se não só pelo prazo de vigência ou de execução dos serviços/fornecimento previstos neste contrato como se estende também após seu encerramento pelo prazo de 10 (dez) anos.
- 4.8. Responsabilizar-se, sem qualquer espécie de solidariedade por parte da **PRODESP**, pelas obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista, acidentária e civil, em relação ao pessoal que alocar para a prestação dos serviços objeto do presente Contrato.

- 4.8.1. Apresentar à **PRODESP**, quando exigido, comprovante de pagamento de salários, apólices de seguros, quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, relativas aos seus empregados que estejam ou tenham estado a serviço da **PRODESP**, por força deste contrato.

4.9. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS

- 4.9.1. Executar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo os serviços de funilaria, pintura, troca de pneus e lubrificação, bem como substituição de peças desgastadas, devendo ser cumpridas as condições estabelecidas no item 5. do Termo de Referência – Anexo I.
- 4.10. Observada a natureza do objeto contratado, responsabilizar-se exclusivamente, pela retirada e descarte do material até o destino final, sempre que solicitado pela **PRODESP**, obrigando-se a apresentar a documentação comprobatória de sua qualificação para tanto, de conformidade com a legislação pertinente, sob pena de rescisão do ajuste, bem como da imposição das penalidades nele previstas.
- 4.11. Providenciar, concomitantemente à assinatura do contrato, caso não esteja cadastrada, seu cadastro na Unidade Cadastradora do SICAF, ou sua renovação, caso esteja com o cadastro vencido, bem como mantê-lo válido durante toda a vigência contratual.
- 4.12. Não emitir e/ou fazer circular duplicatas ou saque de letras de câmbio contra a **PRODESP**, relativamente a todo e qualquer crédito decorrente deste contrato, exceto em se tratando a **CONTRATADA** de microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 4.13. Conhecer e cumprir, naquilo que lhe couber, o Programa de Integridade e o Código de Conduta e Integridade da PRODESP, disponíveis no site da PRODESP – endereços eletrônicos: https://www.prodesp.sp.gov.br/wp-content/uploads/2023/08/Programa-de-Integridade_ago23.pdf e https://www.prodesp.sp.gov.br/wp-content/uploads/2023/08/Co%CC%81digo-de-Conduta-e-Integridade-ago_23.pdf.
- 4.14. Assinar e cumprir, na íntegra, o TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E USO (CONTRATADA) – Anexo II deste contrato, assim como responsabilizar-se pelas assinaturas de seus empregados no Anexo II TERMO DE CONFIDENCIALIDADE SIGILO E USO (PROFISSIONAIS) dando ciência de seu conteúdo.
- 4.15. Assinar o "Termo de Ciência e de Notificação", Anexo III deste contrato, dando ciência da remessa da documentação do procedimento licitatório ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- 4.15.1. Providenciar o cadastro de seus representantes legais responsáveis pela assinatura do "Termo de Ciência e de Notificação" no Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP e mantê-lo atualizado, para fins de cadastramento em processo eletrônico, nos termos das Instruções nº 01 de 2024, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

- 4.15.2. Ficará a critério da **CONTRATADA** o acompanhamento do processo junto àquela corte, cabendo-lhe as diligências para juntada da procuração nomeando seus representantes legais/procuradores e demais atos que se fizerem necessários.
- 4.16. Assinar ao término da vigência do presente contrato, o Termo de Encerramento e Outras Avenças, conforme modelo - Anexo IV deste instrumento

V - OBRIGAÇÕES DA PRODESP

- 5.1. Expedir Ordem de Início dos Serviços - OIS, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data de início de sua execução.
- 5.2. Cumprir com todas as obrigações e responsabilidades previstas no item 6. do Termo de Referência – Anexo I.
- 5.3. Indicar, formalmente, o gestor e fiscal para acompanhamento da execução contratual.
- 5.4. Exercer a fiscalização dos serviços.
- 5.5. Atestar o faturamento de cada mês mediante verificação do cumprimento dos serviços, de acordo com a Cláusula VII - MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS.
- 5.6. Efetuar os pagamentos devidos, conforme disposto na Cláusula X - FATURAMENTO E PAGAMENTO.
- 5.7. Assinar ao término da vigência do presente contrato, o Termo de Encerramento e Outras Avenças, conforme modelo – Anexo IV deste instrumento.

VI - FISCALIZAÇÃO/ CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1. A fiscalização dos serviços pela **PRODESP** não exime, nem diminui a completa responsabilidade da **CONTRATADA**, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.
- 6.2. A **PRODESP** poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos veículos programados para execução dos serviços e verificar o cumprimento de normas estabelecidas neste contrato.
- 6.3. À **PRODESP** é reservado o direito de solicitar a imediata substituição dos veículos que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas. As eventuais substituições durante o contrato deverão ser feitas no padrão equivalente ao estipulado, sem qualquer ônus adicional a **PRODESP**.
- 6.4. A fiscalização da **PRODESP** não deverá permitir que o condutor execute tarefas em desacordo com o objeto deste contrato.

VII - MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

- 7.1. Os serviços executados serão objeto de medição mensal de acordo com os seguintes procedimentos:
- 7.1.1. Após o término de cada período mensal, a **CONTRATADA** elaborará relatório contendo os quantitativos totais mensais de cada um dos tipos de serviços efetivamente realizados;
- 7.1.2. As medições para efeito de pagamento serão realizadas de acordo com os seguintes procedimentos:
- 7.1.2.1. O valor devido referente à locação mensal no mês da entrega dos veículos será calculado proporcionalmente aos dias decorridos desde a data em que o veículo tiver sido entregue e aceito pela **PRODESP** até o último dia do mês;
- 7.1.2.2. Até o 1º dia útil subsequente ao mês em que foram prestados os serviços, a **CONTRATADA** entregará relatório contendo os quantitativos totais mensais de cada um dos tipos de serviços realizados e os respectivos valores apurados;
- 7.1.2.3. A **PRODESP** solicitará à **CONTRATADA**, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura;
- 7.1.2.4. Serão considerados somente os serviços efetivamente executados e apurados da seguinte forma:
- 7.1.2.4.1. O valor dos pagamentos dos serviços de transporte mediante locação de veículos com quilometragem livre será obtido mediante a aplicação dos preços unitários mensais correspondentes as quantidades de veículos contratadas, descontadas as importâncias relativas aos serviços não executados por motivos imputáveis à **CONTRATADA**;
- 7.1.2.4.2. O valor dos pagamentos dos serviços de transporte mediante locação de veículos, com condutor e com combustível, será obtido mediante a soma do preço fixo contratual e aplicação do respectivo preço unitário variável contratado às correspondentes quantidades de quilômetros efetivamente rodados descontadas as importâncias relativas a serviços não executados por motivos imputáveis à **CONTRATADA**;
- 7.1.2.4.3. A realização dos descontos indicados nos subitens 7.1.2.4.1. e 7.1.2.4.2. acima não prejudica a aplicação de sanções à **CONTRATADA** por conta da não execução dos serviços.

- 7.1.3. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, a **PRODESP** atestará a medição mensal no prazo de 03 (três) dias, contados a partir do recebimento do relatório previsto no subitem 7.1.2.2., comunicando à **CONTRATADA** o valor aprovado e autorizando a emissão da respectiva fatura, a qual deverá ser efetuada nos termos da legislação vigente.

VIII - OUTRAS DESPESAS

- 8.1. No caso de viagens em que seja necessário pernoite do condutor do veículo, as despesas com sua estadia e refeições serão reembolsadas à **CONTRATADA**, pelo valor correspondente a – 7 UFESPs (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo).
- 8.2. O reembolso das despesas com pernoites estará limitado aos hotéis de até 02 (duas) estrelas, mediante comprovação.
- 8.3. O reembolso será feito mensalmente, desde que informado no relatório que acompanha a nota fiscal de serviços conforme referido no item 2.10., deste Contrato.
- 8.4. O valor da UFESP será aquele vigente na data da ocorrência da viagem.
- 8.5. Para outras despesas, durante a vigência do contrato, estima-se o valor total de R\$ 522.060,00 (quinhentos e vinte e dois mil e sessenta reais), composto conforme demonstrado a seguir, que serão cobrados separadamente para pagamento pela **PRODESP**, mediante comprovação pela **CONTRATADA** e aprovação/atestação da **PRODESP**.

DESPESAS ACESSÓRIAS:

<u>Item</u>	Descrição	Qtde Veículos (1)	Estacionamento mensal estimado (R\$) (2)	Pedágio mensal estimado (R\$) (3)	Estadia mensal estimada (R\$) (4)	Refeição mensal estimada (R\$) (5)
1	Grupo "B" - Sedã - segunda-feira a sexta-feira -16 hs diárias	1	350,00	60,00	504,00	120,00
2	Grupo "S-1" - Sedan de 1.0 a 1.6 - segunda-feira a sexta-feira – 16 hs diárias	1	350,00	60,00	504,00	120,00
3	Grupo "S-1" - Sedan de 1.0 a 1.6 - segunda-feira a sexta-feira – 44 hs semanais	11	3.850,00	660,00	5.544,00	1.320,00
4	Grupo "S-2" Minivan/ monovolume/ perua - segunda-feira a sexta-feira - 44 hs semanais	2	350,00	80,00	480,00	300,00

5	Grupo "S-2" Van – segunda-feira a sexta-feira – 44 hs semanais	2	350,00	160,00	800,00	300,00
6	Grupo "S-1" – Sedã de 1.0 a 1.6 – Sem condutor, sem combustível e quilometragem livre	3	900,00	240,00		
SUBTOTAL R\$		20	6.150,00	1.260,00	7.832,00	2.160,00
VALOR MENSAL ESTIMADO (2+3+4+5) R\$		17.402,00				
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA 30 MESES R\$		522.060,00				

IX – PREÇO E REAJUSTE

9.1. O valor total estimado do presente contrato considerando os valores previstos nos itens 8.5. e 9.2. é de R\$ (.....), base:, conforme segue:

9.1.1. O valor total estimado do item 9.2.1. é de R\$ (.....), base:;

9.1.2. O valor total estimado do item 9.2.2. é de R\$ (.....), base:

9.2. Os pagamentos serão efetuados mensalmente pela **PRODESP à CONTRATADA**, em conformidade com as medições e os valores estabelecidos nos quadros a seguir:

9.2.1. TRANSPORTE MEDIANTE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, SEM CONDUTOR, SEM COMBUSTÍVEL E COM QUILOMETRAGEM LIVRE

Item	Classificação / Descrição	Qtde Veículos (1)	Valor unitário mensal veículo (R\$) (2)	Valor mensal R\$ (3) = (1) x (2)
1	Grupo "S-1" – Sedan de 1.0 a 1.6	03		
VALOR MENSAL ESTIMADO - R\$				
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA 30 MESES – R\$				

9.2.2. TRANSPORTE MEDIANTE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS COM CONDUTOR E COMBUSTÍVEL

			Valor fixo		Valor variável			Horas adicionais		
Item	Classificação / Descrição	Qtde (1)	Valor Fixo Unitário mensal veículo (R\$) (2)	Valor fixo mensal veículos (R\$) (3)=(1)x(2)	Qtde km/mês estimada (4)	Valor/ km unitário mensal (R\$) (5)	Valor/km mensal estimado (R\$) (6)=(4)X(5)	Qtde horas adicionais estimada (7)	Valor/ hora adicional unitário mensal (R\$) (8)	Valor/ hora adicional mensal estimado (R\$) (9)=(7)x(8)
1	Veículo - Grupo "B" Sedan - Segunda-feira a sexta-feira – 16 horas diárias	01			3.000			60		
2	Veículo – Grupo "S-1" – Sedan de 1.0 a 1.6 -Segunda-feira a sexta-feira – 16 horas diárias	01			3.000			44		
3	Grupo "S-1" Sedã de 1.0 a 1.6 - Segunda-feira a sexta-feira – 44 horas semanais	11			33.000			484		
4	Grupo "S-2" Minivan/ Peruas/ Monovolumes - Segunda-feira a sexta-feira – 44 horas semanais	02			3.600			20		
5	Grupo "S-2" Van (acima de 9 lugares) - Segunda-feira a sexta-feira – 44 horas semanais	02			8.000			200		
SUBTOTAL R\$										
VALOR MENSAL ESTIMADO (3+6+9) R\$										
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA 30 MESES R\$										

9.2.3. A **CONTRATADA** obriga-se a executar os serviços objeto deste contrato, pelos preços previstos nos quadros constantes do item 9.2. deste, nos quais estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas (BDI) e demais despesas de qualquer natureza.

9.3. Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar Federal n.º 123/2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

9.3.1. No caso de tornar-se impedida de beneficiar-se do Simples Nacional, a **CONTRATADA** deverá requerer ao órgão competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que foi celebrado o contrato, nos termos do artigo 30, caput, inciso II, e §1º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, apresentando à **PRODESP** a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

9.4. Os valores previstos nos quadros constantes dos subitens 9.2.1. e 9.2.2. deste contrato, serão reajustados anualmente, de acordo com a variação do IPC FIPE (Índice de Preços ao Consumidor), mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$R = P_o \cdot \left[\left(\frac{IPC}{IPC_o} \right) - 1 \right]$$

Onde:

R = parcela de reajuste;

P_o = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPC/IPCo = variação do IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

9.4.1. Na hipótese de superveniência de disposição de lei federal ou de determinação do Poder Executivo Federal, permitindo a aplicação de reajustamento de preços em periodicidade inferior à prevista no item 9.4. supra, poderão as partes contratantes repactuar a nova periodicidade, obedecidas as condições que a lei, então vigente, estabelecer;

9.4.2. Na hipótese de suspensão, extinção ou vedação dos índices estabelecidos no item 9.4. supra, serão utilizados os índices oficiais que vierem a substituí-los, ou, no caso de não determinação destes, serão escolhidos índices substitutos que melhor reflitam a variação dos custos da **CONTRATADA**;

9.4.3. Na periodicidade prevista no item 9.4. e de acordo com o percentual máximo de reajuste apurado nos termos desse item, as partes negociarão o percentual a ser aplicado sobre o valor do presente contrato, a título de reajuste, fundamentado em planilhas de custo ou outros documentos que comprovem o pleito da **CONTRATADA**.

X – FATURAMENTO E PAGAMENTO

- 10.1. O faturamento do objeto do presente contrato deverá ser feito no CNPJ da **PRODESP**, correspondente ao local de entrega e/ou da prestação dos serviços. Para tanto, a **CONTRATADA** deverá consultar os dados cadastrais correspondentes, no endereço eletrônico: www.prodesp.sp.gov.br/fornecedores/filiais-prodesp/
- 10.2. As Notas Fiscais/Faturas representativas dos pagamentos deverão ser emitidas pela **CONTRATADA** contra a **PRODESP** e enviadas eletronicamente em formato e nomenclatura padrão estabelecida no manual de instruções disponível no site da **PRODESP**, na seção “Fornecedores” opção “Entrega de Notas Fiscais e Faturas”
- 10.2.1. A **PRODESP**, na qualidade de empresa pública integrante da Administração Indireta, observará, para fins de retenção tributária, o disposto no Regulamento do Imposto de Renda (RIR/2018) quanto ao IRRF, bem como a Lei nº 10.833/2003 no que se refere às retenções de PIS, COFINS e CSLL;
- 10.2.2. O endereço eletrônico informado no item acima, destina-se exclusivamente ao recebimento de Nota Fiscal Eletrônica e não será aceito o envio por e-mail. A entrega de quaisquer outros documentos exigidos deverá seguir o estabelecido com a **PRODESP**;
- 10.2.3. As notas fiscais e faturas devem ser emitidas e entregues até o dia 25 do mês subsequente ao da prestação do serviço;
- 10.2.4. Na hipótese de divergência entre os valores constantes na nota fiscal/fatura emitida pela **CONTRATADA** e os estipulados no contrato, a **PRODESP** poderá glosar os valores apontados como indevidos;
- 10.2.5. No caso de formação de consórcio, para o faturamento dos serviços objeto deste contrato, a **CONTRATADA** deverá cumprir o disposto no Artigo 4º da Instrução Normativa Receita Federal do Brasil - RFB nº 1.199, de 14 de outubro de 2011, que estabelece que o faturamento correspondente às operações do consórcio será efetuado pelas pessoas jurídicas consorciadas, mediante a emissão de Nota Fiscal ou Fatura próprias, proporcionalmente à participação de cada uma no empreendimento;
- 10.2.6. Nas hipóteses autorizadas pela legislação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), a Nota Fiscal ou a Fatura de que trata o caput poderá ser emitida pelo consórcio no valor total.
- 10.3. Os pagamentos mensais, cumpridas as condições acima, serão efetuados pela **PRODESP** na forma do item 10.6., respeitando o quanto disposto no item 10.7. desta cláusula.

- 10.3.1. No primeiro e no último mês de prestação dos serviços, os preços definidos no item 9.2. serão calculados *pro rata die*, adequando os dispêndios à efetiva vigência contratual, conforme Cláusula III – VIGÊNCIA. Nos demais meses, os encargos serão cobrados com base no período mensal da efetiva prestação dos serviços;
 - 10.3.2. Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado;
 - 10.3.3. A **PRODESP** tem a obrigação de assegurar que todos os aspectos fiscais e tributários estejam em conformidade com a legislação vigente. Caso haja alguma inconsistência ou dúvida quanto ao enquadramento tributário do documento fiscal emitido, a **PRODESP** poderá reter o pagamento até que a situação seja esclarecida ou regularizada.
- 10.4. Os pagamentos mensais pelos serviços prestados, apurados em conformidade com as condições previstas na Cláusula VII - MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS e em conformidade com os preços estabelecidos no item 9.2. deste contrato, serão efetuados mediante entrega das Notas Fiscais/Faturas pela **CONTRATADA**, após a devida atestação pela **PRODESP** referentes aos serviços executados.
 - 10.4.1. A **PRODESP** realizará os pagamentos nos dias 5 e 20 do mês, sendo prorrogado para o dia útil subsequente, no caso de dias não úteis;
 - 10.4.2. As Notas Fiscais/Faturas entregues pela **CONTRATADA** entre os dias 1 e 5 do mês subsequente à prestação dos serviços serão pagas no dia 5 do mês subsequente à entrega. As Notas Fiscais/Faturas entregues após o dia 5, serão pagas no dia 20 do mês subsequente à entrega. As Notas Fiscais/Faturas entregues após o dia 21, serão pagas no dia 5 do mês subsequente, fora o mês de sua entrega;
 - 10.4.3. No caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura por qualquer motivo, a reapresentação será considerada como nova solicitação para efeito de contagem do prazo de seu pagamento.
- 10.5. A **CONTRATADA** é responsável por enviar eletronicamente, de forma mensal, o rol de documentos de natureza trabalhista e previdenciária exigidos pela **PRODESP**, utilizando a ferramenta de envio de documentos disponibilizada pela **PRODESP**. Este envio deve ser realizado até o dia 10 de cada mês.
 - 10.5.1. A documentação trabalhista, previdenciária e fiscal exigida mensalmente pela **PRODESP** deve ser encaminhada em formato e nomenclatura padrão estabelecido no manual de instruções disponível no site da **PRODESP** seção "Fornecedores" opção "Documentação Trabalhista e Previdenciária". Os documentos trabalhistas e previdenciários devem seguir as diretrizes do "Manual para envio de Documentação Trabalhista e Previdenciária";

- 10.5.2. Para conferência e validação da documentação apresentada, a **PRODESP** se reserva o direito de exigir, a qualquer tempo, a apresentação dos respectivos originais ou de suas cópias autenticadas por cartório, o que deverá ser providenciado pela **CONTRATADA** no prazo máximo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar de sua solicitação;
- 10.5.3. A não apresentação dos documentos, nos termos e no prazo fixado no subitem 10.5., assegurará à **PRODESP** o direito de reter o pagamento relativo ao respectivo mês objeto de avaliação documental e/ou pagamentos subsequentes, enquanto permanecer o inadimplemento, além da aplicação das penalidades estabelecidas neste contrato;
- 10.5.4. Na hipótese prevista no item 10.5.3, e em não havendo quitação das obrigações por parte da contratada, a **PRODESP** poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 10.6. As importâncias a serem pagas pela **PRODESP** serão depositadas em conta corrente da **CONTRATADA** no Banco do Brasil S.A.
- 10.6.1. Para tanto, a **CONTRATADA** deverá informar à **PRODESP**, dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar da assinatura do presente contrato, o número de sua conta corrente e o da agência do referido estabelecimento bancário.
- 10.7. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da **CONTRATADA** no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais — CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela **CONTRATADA**, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.
- 10.8. A **PRODESP** efetuará a retenção/recolhimento referente ao INSS, conforme previsto na Lei Federal nº 8.212/91, com a redação dada pela Lei Federal nº 9.711/98 de 20/11/98 e do percentual relativo ao ISSQN nos termos da Lei Complementar nº 116/2003, se aplicáveis.
- 10.9. A **PRODESP** reserva-se o direito de solicitar à **CONTRATADA**, quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento dos tributos e demais encargos devidos, diretos ou indiretamente, a respeito deste contrato.
- 10.10. É assegurado à **PRODESP** efetuar, nos termos do artigo 70 do seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos, a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a **CONTRATADA**:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade exigida as atividades contratadas;
 - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

- c) estiver sendo processado judicialmente pelo descumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos seus empregados, decorrentes da execução do contrato, em tendo sido a **PRODESP** incluída no polo passivo da ação.

10.11. Quando da emissão da nota fiscal, caso a **CONTRATADA** esteja em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial.

10.11.1. A não apresentação do documento requerido no item 10.11. acarretará a aplicação de multa prevista na Cláusula XV - RESCISÃO E PENALIDADES.

10.12. A **CONTRATADA**, optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES) junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), instituído pela Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar a cada pagamento, nos termos do artigo 3º da Instrução Normativa nº 791 de 10 de dezembro de 2007 da Secretaria da Receita Federal (SRF), DECLARAÇÃO, emitida em duas vias e devidamente assinadas pelo representante legal da **CONTRATADA**. A não apresentação da respectiva declaração ensejará a retenção na fonte dos tributos e contribuições devidos.

10.12.1. A **PRODESP** arquivará a primeira via da declaração a que se refere o item acima, que ficará à disposição da Secretaria da Receita Federal (SRF), devendo a segunda via ser devolvida à **CONTRATADA**, como recibo.

XI – FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. A **CONTRATADA** é a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, reservando a **PRODESP** o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

11.1.1. Ter livre acesso aos locais de execução dos serviços;

11.1.2. Exercer a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado;

11.1.3. Realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela **CONTRATADA**, efetivando avaliação periódica;

11.1.4. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionários da **CONTRATADA** que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

11.1.5. Fazer exigências à **CONTRATADA**, sempre que julgar necessário, para a proteção da integridade física dos trabalhadores durante o exercício das atividades e de terceiros, assim como dos seus bens, das suas propriedades e do meio ambiente

XII - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1. Desde que não altere a natureza do objeto contratado ou descumpra o dever de licitar, o presente contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes e nas hipóteses previstas no art. 81 da Lei 13.303/2016.

12.1.1. As alterações contratuais serão formalizadas através de Termo Aditivo.

XIII - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

13.1. A **CONTRATADA**, por si e por seus empregados, sócios, diretores, prestadores de serviços ou qualquer outro terceiro que atue em seu nome no âmbito deste Contrato, obriga-se, sempre que aplicável, a atuar em conformidade com a legislação vigente aplicável sobre proteção de dados pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, mas não se limitando, a Lei Federal nº 13.709/2018 ("LGPD").

13.1.1. A **CONTRATADA** deverá monitorar, por meios adequados, sua própria conformidade com as respectivas obrigações de proteção de dados pessoais relacionadas aos serviços contratados.

13.2. As Partes se obrigam a tratar os dados pessoais a que tiverem acesso em razão do presente Contrato exclusivamente para os fins necessários à sua execução, vedado o tratamento para quaisquer outras finalidades.

13.3. As Partes comprometem-se a tratar todos os dados pessoais como confidenciais, exceto se tais dados já forem de conhecimento público sem qualquer contribuição da **CONTRATADA**.

13.4. As Partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecê-los, na medida estritamente necessária para as finalidades deste contrato, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.

13.5. A **CONTRATADA** se obriga a adotar as medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

13.6. A **CONTRATADA** compromete-se a auxiliar a **PRODESP** no cumprimento de suas obrigações legais, inclusive em processos judiciais ou administrativos, fornecendo, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, as informações, documentos ou registros relacionados ao tratamento de dados realizado no âmbito deste contrato, sempre que solicitado.

13.7. A **CONTRATADA** responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à **PRODESP** ou a terceiros decorrentes do descumprimento da LGPD, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a eventual fiscalização exercida pela **PRODESP** durante o acompanhamento da execução contratual.

XIV – POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

- 14.1. As Partes declaram que têm plena ciência das normas de prevenção à corrupção vigentes na legislação brasileira, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), à Lei nº 12.846/2013, e ao Decreto Estadual nº 67.301/2022, juntamente com seus respectivos regulamentos ("Leis Anticorrupção"). Comprometem-se a observar estritamente tais normas, tanto em seu nome quanto em nome de seus sócios, administradores, colaboradores, e terceiros por elas contratados.
- 14.2. Ambas as Partes se obrigam a abster-se de dar, oferecer ou prometer, direta ou indiretamente, qualquer bem, valor ou vantagem indevida a agentes públicos, seus relacionados, familiares ou a qualquer pessoa física ou jurídica, com o intuito de obter benefício indevido, influenciar decisões, ou direcionar negócios de forma ilícita.
- 14.3. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 67.301, de 2022 a **CONTRATADA** se compromete a adotar uma conduta ética e a abster-se de práticas que possam ser caracterizadas como corrupção, suborno, extorsão, pagamento de facilitação, fraude ou quaisquer atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira, ou a terceiros, de modo que a **CONTRATADA** não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.
- 14.4. A **CONTRATADA** declara que conhece e irá observar as regras e diretrizes estabelecidas no Código de Conduta e Integridade da **PRODESP**, bem como em suas Políticas e Normas a ela aplicáveis.
- 14.5. A **CONTRATADA** se compromete a informar prontamente a **PRODESP** sobre qualquer processo administrativo ou judicial em que seja envolvida por práticas ilícitas de atos corrupção, lavagem de dinheiro, trabalho escravo, utilização de qualquer trabalho de menor de 16 (dezesesseis), anos exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou suborno no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar do conhecimento do fato. A falha em informar qualquer uma dessas circunstâncias constituirá justa causa para a resolução imediata do Contrato, conforme previsto nas cláusulas de rescisão e penalidades.
- 14.6. A **PRODESP** se reserva o direito de realizar auditorias, sempre que julgar necessário, por si ou por terceiros designados, nas atividades da **CONTRATADA** para verificar a conformidade com as legislações anticorrupção e as disposições deste contrato.
- 14.7. A **CONTRATADA** deverá colaborar integralmente com as auditorias, fornecendo documentos, registros, acesso às instalações e quaisquer outras informações necessárias de maneira oportuna, sob pena de multa compensatória de 5% do valor do contrato, sem prejuízo da indenização suplementar, em caso de obstrução ou não cooperação.

- 14.8. Caso a **CONTRATADA** venha a ser condenada em decorrência de atos lesivos à administração pública, nos termos da Lei 12.846/2013 ou outra legislação aplicável, deverá ressarcir integralmente a **PRODESP** por todas as multas, indenizações ou quaisquer outros encargos financeiros que esta venha a arcar como consequência dos atos ilícitos praticados pela **CONTRATADA**.
- 14.9. A **CONTRATADA** deverá indenizar a **PRODESP** por quaisquer outros prejuízos financeiros, diretos ou indiretos, decorrentes da prática desses atos, incluindo, mas não se limitando a perdas reputacionais, custos com defesa jurídica e danos à imagem da **PRODESP**.
- 14.10. A **CONTRATADA** deverá garantir que seus colaboradores e terceiros contratados, especialmente aqueles que atuam diretamente em nome da **PRODESP** ou em situações que envolvam interações com o poder público, participem de programas de treinamento regulares sobre compliance e legislação anticorrupção, garantindo que estejam adequadamente informados sobre as condutas esperadas e as consequências do não cumprimento destas normas. A **PRODESP** poderá, a seu critério, fornecer treinamento adicional para a **CONTRATADA** em relação a seu programa de integridade e compliance.
- 14.11. O descumprimento de qualquer disposição destas cláusulas constituirá justa causa para a resolução unilateral deste Contrato, a critério da **PRODESP**, sem prejuízo da aplicação de multas contratuais ou da exigência de indenização suplementar por perdas e danos, conforme os artigos 408 e 416 do Código Civil, e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 67.301, de 2022.

XV - RESCISÃO E PENALIDADES

- 15.1. O contrato poderá ser rescindido na forma, com as consequências e pelos motivos previstos no artigo 81 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **PRODESP**, sujeitando-se a **CONTRATADA** às penalidades previstas no presente contrato.
- 15.2. No caso de a **CONTRATADA** estar em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência ensejará a imediata rescisão deste contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.
- 15.3. O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes pelo não cumprimento de quaisquer condições ou cláusulas estabelecidas neste instrumento, ficando a parte infratora sujeita, a favor da parte inocente, às perdas e danos correspondentes.
- 15.4. Os casos fortuitos e/ou motivos de força maior serão excludentes da responsabilidade das partes contratantes de acordo com o disposto no artigo 393 do Código Civil Brasileiro.
- 15.5. Pela inexecução total ou parcial do contrato a **PRODESP** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:
- 15.5.1. Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades para as quais a **CONTRATADA** tenha concorrido diretamente;

- 15.5.2. Multa equivalente a 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do contrato, no caso de rescisão, por culpa ou requerimento da **CONTRATADA**, sem motivo justificado ou amparo legal, a critério da **PRODESP**;
- 15.5.3. Multa equivalente a 5% (cinco por cento) calculada sobre o valor do faturamento do mês da ocorrência, por infringência de qualquer cláusula, condições ou obrigações pactuadas neste contrato e não abrangidas pelas alíneas anteriores. Não havendo faturamento no mês da ocorrência, a multa será de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) calculada sobre o valor total do contrato.
- 15.5.3.1. Em caso de reincidência do descumprimento contratual, a multa estabelecida terá seu percentual acrescido em 50% (cinquenta por cento).
- 15.5.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **PRODESP**, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 15.6. Ficará a critério da **PRODESP** a aplicação cumulativa ou não das sanções acima.
- 15.7. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das multas previstas no ato convocatório, após ter sido garantido o exercício do direito de defesa e registradas na plataforma e-Sanções da Bolsa Eletrônica de Compras-BEC.
- 15.8. As multas previstas neste contrato poderão ser descontadas dos pagamentos devidos ou cobrados da **CONTRATADA** através de cobrança direta e autônoma, pela via administrativa ou judicial.
- 15.9. No caso de não existirem pagamentos pendentes, a **CONTRATADA** deverá efetuar a quitação da multa em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo, por meio de depósito bancário, sob pena de, em não o fazendo, sujeitar-se aos procedimentos judiciais cabíveis.
- 15.10. Os valores referentes às multas, indenizações e demais importâncias quando não ressarcidos pela **CONTRATADA**, serão atualizados pelo IPC-FIPE, calculado *pro rata dia* e acrescido de juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano.
- 15.11. Sem prejuízo da aplicação de penalidades, a **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados à **PRODESP** ou a terceiros, na forma disposta no artigo 76 da Lei federal nº 13.303/2016, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.
- 15.12. As partes poderão rescindir o presente contrato mediante acordo.

XVI - GARANTIA CONTRATUAL

- 16.1. Para garantir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas no presente contrato, a **CONTRATADA** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da **PRODESP**, contado da assinatura deste contrato, fornecer garantia de execução contratual equivalente a 5% (cinco por cento) do valor deste Contrato, com validade que abranja todo o período contratual.

- 16.2. A garantia mencionada no item 16.1 será prestada por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 16.2.1. A caução em dinheiro deve ser emitida sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- 16.2.2. Não será aceita carta de fiança emitida por sociedade não registrada como instituição financeira junto ao Banco Central do Brasil, conforme Parecer SubG Cons. Nº 63/2016 da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo;
- 16.2.3. A garantia mencionada nos itens 16.1 e 16.2, deverá ser válida por prazo não inferior à vigência do contrato ou de suas prorrogações, devendo ser providenciada, sempre que necessária, a sua revalidação.
- 16.3. A **CONTRATADA** providenciará complementação da garantia, de forma a manter a equivalência estipulada no item 16.1., no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da assinatura de eventual aditamento que altere o valor deste contrato.
- 16.4. A inobservância do prazo fixado para apresentar a garantia ou a sua complementação, conforme disposto nos itens 16.1 e 16.3 acarretará aplicação de multa prevista na Cláusula XV – RESCISÃO E PENALIDADES.
- 16.4.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a **PRODESP** a:
- a) promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas obrigações, ou
 - b) reter o valor dos pagamentos eventualmente devidos ao contratado, até que a garantia seja apresentada.
- 16.4.2. A **PRODESP** devolverá à **CONTRATADA** o valor retido, sem juros, correção monetária, ou qualquer outro acréscimo, em até 10 (dez) dias úteis, após a data de apresentação ou complementação da garantia.
- 16.5. A garantia de execução assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 16.5.1 Prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;
- 16.5.2. Prejuízos diretos causados à **PRODESP** decorrentes de culpa ou dolo da **CONTRATADA** durante a execução do objeto do contrato;
- 16.5.3. Multas, moratórias e compensatórias, aplicadas pela **PRODESP** à **CONTRATADA**; e
- 16.5.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias relacionadas ao contrato **não** adimplidas pela **CONTRATADA**.
- 16.6. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

- 16.6.1. Caso fortuito ou força maior;
- 16.6.2. Descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente à **PRODESP**.
- 16.7. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída, após a execução de todas as obrigações contratuais, devendo ser atualizada monetariamente na hipótese de caução em dinheiro pelo IPC FIPE – Índice de Preço ao Consumidor ou no caso de sua extinção, pelo índice previsto na legislação estadual aplicável, vigente na data da devolução e calculada desde a data de sua prestação.
- 16.8. A qualquer tempo, a **PRODESP** poderá, justificadamente, exigir a substituição da garantia ofertada, devendo ser atendida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.
- 16.9. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que o sinistro seja comunicado pela **PRODESP** após expirada a vigência do contrato ou a validade da garantia.
- 16.10. A garantia somente será liberada com a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas.

XVII - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. O presente contrato é regido pelas suas cláusulas, pelo disposto na Lei federal nº 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **PRODESP**, além dos preceitos de direito privado.
- 17.2. O presente contrato, a execução de seu objeto, produtos e/ou serviços não poderão ser cedidos ou transferidos total ou parcialmente, pela **CONTRATADA**, a terceiros estranhos a esta contratação.
- 17.3. A **CONTRATADA**, mediante acordo, poderá anuir na cessão ou transferência total ou parcial deste contrato da **PRODESP** para qualquer de seus clientes e/ou entes em geral, mantidas as condições nele estabelecidas.
- 17.4. O cumprimento das leis federais, estaduais e municipais vigentes, durante a execução dos serviços, correrão por conta da **CONTRATADA**, única e exclusiva responsável pelas infrações que houver.
- 17.5. Qualquer omissão ou tolerância das partes no exigir o estrito cumprimento das cláusulas e condições deste contrato ou no exercer uma prerrogativa dele decorrente, não constituirá renúncia e nem afetará o direito da parte contratante em exercê-lo a qualquer tempo.
- 17.6. As cláusulas deste contrato prevalecerão sempre em relação a qualquer acordo, verbal ou escrito, ajustado anteriormente ou posteriormente à data de sua assinatura, exceto se devidamente demonstrada a divergência entre a vontade das partes e o registrado no contrato, ocasião que se providenciará o devido aditamento para retificação do contrato.

- 17.7. Não se estabelece, por força deste contrato, nenhum tipo de sociedade, associação, consórcio, agência, mandato, representação, consultoria, responsabilidade solidária ou subsidiária entre as partes contratantes.
- 17.8. O disposto neste contrato não poderá ser alterado ou emendado pelas partes, salvo por meio de Termo Aditivo.
- 17.9. As Partes estão cientes e de acordo que não poderão fazer uso do nome, marcas e logotipos da outra Parte, salvo se expressamente autorizado por escrito.

XVIII – ANEXOS

- 18.1. Integram este contrato, os seguintes Anexos:

Anexo I - Termo de Referência - Anexo I do Edital;

Anexo II - Termo de Confidencialidade, Sigilo e Uso;

Anexo III - Termo de Ciência e de Notificação - Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

Anexo IV - Termo de Encerramento e Outras Avenças – Modelo;

Anexo V - Instrumento de Constituição de Consórcio.

XIX - FORO

- 19.1. As partes elegem como foro competente o da Comarca de Taboão da Serra, Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura decorrentes da execução deste contrato.

E, por estarem assim justas e acertadas, as Partes assinam o presente instrumento.

Taboão da Serra, a data de assinatura deste instrumento corresponde a data da última assinatura digital do(s) representante(s) legal(is).

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP

CONTRATADA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(Documento SEI nº - como se aqui estivesse)

ANEXO II

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E USO

A **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede em, doravante designada Signatário, neste ato representada por, inscrito(a) no CPF sob o nº, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

- Redação do preâmbulo do Termo a ser assinado pelos profissionais da **CONTRATADA**, inscrito(a) no CPF sob o nº, doravante designado(a) Signatário, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.
1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade, Sigilo e Uso é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva e/ou sob controle da **PRODESP** reveladas ao Signatário ou por ele acessada em função da execução do objeto do contrato PRO.MINUTA.
 2. A expressão “informações restritas” abrange toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: dados pessoais, técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, marcas e modelos utilizados, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, vulnerabilidades existentes, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros.
 3. O Signatário compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa da **PRODESP**, das informações restritas reveladas ou acessadas.
 4. O Signatário compromete-se a não utilizar, de forma diversa da prevista no contrato celebrado com a **PRODESP**, as informações restritas reveladas ou acessadas.
 5. O Signatário deverá cuidar para que as informações reveladas ou acessadas fiquem limitadas ao conhecimento próprio.
 6. O Signatário obriga-se a informar imediatamente a **PRODESP** qualquer violação das regras de confidencialidade, sigilo e uso estabelecidas neste Termo de que tenha tomado conhecimento ou que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.
 7. A quebra da confidencialidade, do sigilo ou das condições de uso das informações restritas reveladas ou acessadas, por ação ou omissão do Signatário, devidamente comprovada, sem autorização expressa da **PRODESP**, sujeitará o Signatário às consequências legais e sanções cabíveis, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela **PRODESP**, inclusive os de ordem moral, bem como às responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

8. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável e suas obrigações perdurarão inclusive após o término da vigência do contrato mencionado no item 1 deste instrumento.
9. O Signatário manifesta explícita ciência e se compromete a observar as seguintes normas de segurança, privacidade e proteção de dados da **PRODESP**, cuja cópia recebeu: _____.

E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, o Signatário assina o presente Termo.

Taboão da Serra, a data de assinatura deste instrumento corresponde a data da última assinatura digital do(s) representante(s) legal(is).

Nome:

Cargo:

CPF:

CONTRATADA

ANEXO III - MODELO

TERMO DE ENCERRAMENTO E OUTRAS AVENÇAS DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE MEDIANTE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, FIRMADO ENTRE A COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP E A

PRO.MINUTA

Pelo presente Termo, de um lado, a **COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP**, com sede no município de Taboão da Serra - estado de São Paulo, na Rua Agueda Gonçalves, n.º 240, inscrita no CNPJ/MF n.º 62.577.929/0001-35, doravante designada simplesmente **PRODESP** e, de outro, a, inscrita no CNPJ/MF sob n.º, com sede na, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, representadas neste ato por seus representantes legais ao final designados e assinados, resolvem encerrar o contrato de prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I – ENCERRAMENTO E OUTRAS AVENÇAS

- 1.1. As partes, de comum acordo, consideram concluído o objeto do contrato PRO.MINUTA em de de 2.00....., permanecendo em plena vigência todas as obrigações eventualmente remanescentes, considerando o Termo de Recebimento Definitivo emitido em/.../.....
- 1.2. Em decorrência do encerramento do contrato mencionado no item 1.1. acima, as partes dão-se plena, rasa, mútua, recíproca, irrestrita, irrevogável e irretratável quitação dos serviços e valores referentes ao objeto do contrato PRO.MINUTA, para nada mais reclamar a qualquer título.

E, por estarem assim justas e acertadas, as Partes assinam o presente instrumento.

Taboão da Serra, a data de assinatura deste instrumento corresponde a data da última assinatura digital do(s) representante(s) legal(is).

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – PRODESP

CONTRATADA

ANEXO IV

INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO (SE FOR O CASO)

ANEXO IX

REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA PRODESP

https://www.prodesp.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/12/Regulamento-Interno-de-Licitacoes-e-Contratos-Prodesp_RILC.pdf